

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

Fabiana Paulucci de Sá Freire Alexandre

**O acervo do sítio Forte Santo Antônio de Ratoles: a musealização da
arqueologia pela perspectiva da documentação museológica**

Florianópolis

2023

Fabiana Paulucci de Sá Freire Alexandre

**O acervo do sítio Forte Santo Antônio de Ratoles: a musealização da
arqueologia pela perspectiva da documentação museológica**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Museologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Cardozo Padilha
Co-orientadora: Me. Luciane Zanenga Scherer

Florianópolis

2023

Alexandre , Fabiana Paulucci de Sá Freire

O acervo do sítio Forte Santo Antônio de Ratoles : a musealização da arqueologia pela perspectiva da documentação museológica / Fabiana Paulucci de Sá Freire Alexandre ; orientadora, Renata Cardozo Padilha, coorientadora, Luciane Zanenga Scherer, 2023.

93 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Documentação museológica. 3. Musealização da arqueologia. 4. Tainacan. I. Padilha, Renata Cardozo . II. Scherer, Luciane Zanenga . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Museologia. IV. Título.

Fabiana Paulucci de Sá Freire Alexandre

O acervo do sítio Forte Santo Antônio de Ratores: a musealização da arqueologia pela perspectiva da documentação museológica

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Graduação e aprovado em sua forma final pelo Curso de Museologia

Florianópolis, 13 de dezembro de 2023.

Insira neste espaço
a assinatura

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Insira neste espaço
a assinatura

Prof^a. Dr^a Renata Cardozo Padilha
Orientadora

Insira neste espaço
a assinatura

Me. Luciane Zanenga Scherer
Co-orientadora

Insira neste espaço
a assinatura

Me. Bruno Labrador
Membro da banca

Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARQUE/UFSC)

**Insira neste espaço
a assinatura**

Me. Elias Palminor Machado

Membro da banca

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Florianópolis, 2023.

À minha família e ao setor de Arqueologia do MArquE.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de fazer uso desse espaço, se possível, para ir além do TCC. Quero voltar para 2019, ano que entrei na graduação com toda a certeza de que a Museologia era o meu lugar. Descobri o curso através de uma sessão de terapia que durou duas semanas, mas que mudou minha vida.

Quero agradecer imensamente aos meus pais, por nunca terem duvidado das minhas escolhas e, acima de tudo, terem me apoiado e incentivado. Obrigada, pai, por fornecer o maior conforto possível para que eu pudesse atravessar a graduação da melhor forma. Por me inspirar sempre a dar o meu melhor no trabalho e correr atrás dos meus objetivos.

Obrigada, mãe, por acreditar e sonhar por mim. Por me inspirar sempre a não desistir e lutar mesmo nos momentos mais difíceis e obscuros. Por me enxergar em lugares que jamais me julgaria capaz de chegar. Pelas tardes de café e conversas que me fortaleceram até aqui.

Obrigada, maninho, por me inspirar a ir atrás dos meus sonhos, mesmo que signifique abrir mão do que todos consideram o único caminho para o sucesso. Por me mostrar que, quando amamos o que fazemos, transformamos o trabalho em prazer.

Sem a minha família, esse sonho jamais teria sido delineado antes que pudesse se tornar realidade.

Um agradecimento em especial ao meu namorado e noivo, pela paciência de quatro anos, principalmente nesses últimos meses. Pelo apoio, pelo carinho, pela tranquilidade e por me apoiar sempre.

Dentro da universidade, quero agradecer primeiramente a Rafaela e a Elisa. Vocês foram e são essenciais para mim. Obrigada, Rafaela, por tornar meus dias na universidade mais coloridos e por me permitir ser eu mesma.

Quero agradecer também a todas as professoras e professores que passaram pela minha graduação e contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui através de seus ensinamentos.

Renata, obrigada por tudo. Por confiar e acreditar em mim, me inspirar, por me apoiar e me orientar. Sem você, eu não estaria aqui. Obrigada por me permitir experimentar a documentação museológica, área que pretendo seguir.

Obrigada, professora Luciana, pelo exemplo, pelas conversas e conselhos. Estar contigo é sempre um abraço quente no coração.

Quanto ao MARquE, eu queria ser breve, mas é impossível. A Museologia começou a fazer muito mais sentido quando eu estagiei no museu, assim como o meu objetivo enquanto estudante e futura acadêmica. E quando eu digo o MARquE, eu digo a equipe inteira. O Mauro, a Claudete, a Selma, a Cida, o Sandro, a Rejane, a Flora, o Angelo e os demais funcionários que muita consideração.

Mas, quero agradecer especialmente à ação educativa que a Luciane e o Bruno propuseram num final de semana (não lembro se foi sábado ou domingo) do ano passado, que despertou o meu interesse pela Arqueologia.

Fiquei encantada com o trabalho do laboratório e a partir disso, procurei estagiar no museu. Foram quase dois anos de muitos aprendizados e experiências inesquecíveis que contribuíram muito para a minha trajetória.

Obrigada, lu, por despertar o meu interesse e me guiar até aqui. Obrigada por me inspirar, me ensinar, por alegrar os meus dias e por tornar o MARquE meu lugar favorito na universidade e por tornar esse TCC possível. Nutro um carinho enorme por ti e pela Helena, contem comigo sempre.

Obrigada, Ismael, pelas tardes de conversa, pelas risadas, pelos ensinamentos, por ser sempre muito solícito e me ajudar com as atividades no museu. Obrigada por acreditar em mim e me incentivar.

Bruno, te agradeço pelo compartilhamento de conhecimentos, por me permitir apresentar o Tainacan, projeto que tenho muita honra de ter participado, por me auxiliar nessa pesquisa e aceitar meu convite para compor a banca. Sua presença para mim é indispensável.

O setor de arqueologia foi o meu refúgio nos momentos mais difíceis, e graças a vocês. Obrigada pelos melhores momentos que levarei da graduação.

Quero registrar, também, a participação dos integrantes do LEIA na minha trajetória acadêmica e agradecer pelos ensinamentos. Em especial o Lucas Bond, que me permitiu participar da escavação em Alfredo Wagner. Jamais vou esquecer.

Por fim, expresso meu anseio de que esse trabalho seja útil. Não vejo propósito em defendê-lo se não houver utilidade para a sociedade.

Finally, I'm crossing the threshold
From the ordinary world to the reveal of my heart
Undoubtedly, that will for certain
Take the dead out of the sea and the darkness from the arts

(Lana Del Rey)

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é apresentar a análise do tratamento informacional dado ao acervo do sítio arqueológico Forte Santo Antônio de Ratonés pelo Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial (GRUPEP). A metodologia consistiu na pesquisa documental e bibliográfica através da leitura de relatórios, artigos e publicações a respeito dos trabalhos de escavação, coleta e procedimentos realizados nos materiais até a sua chegada no MArquE. A musealização da arqueologia foi discutida de forma a refletir sobre as informações arqueológicas e museológicas levadas em consideração pelos profissionais das áreas, culminando no reconhecimento do diálogo interdisciplinar como solução principal para lidar com a gestão de acervos arqueológicos. O trabalho realizado simulou a inserção dos materiais da Fortaleza na plataforma Tainacan, por tratar-se de uma ferramenta para a gestão de acervos através da criação de metadados e por configurar um meio para a musealização da arqueologia.

Palavras-chave: Museologia; Documentação museológica; Musealização da arqueologia; Tainacan.

ABSTRACT

The aim of this research is to present an analysis of the informational treatment given to the collection of the archaeological site Forte Santo Antônio de Ratonés by the Heritage Education Research Group (GRUPEP). The methodology involved documentary and bibliographic research through the examination of reports, articles, and publications related to excavation, material collection and procedures performed on the materials until their arrival at MArquE. The musealization of archaeology was discussed to reflect on the archaeological and museological information considered by professionals in the field, culminating in the recognition of interdisciplinary dialogue as the primary solution for managing archaeological collections. The conducted work simulated the integration of materials from the Fortaleza into the Tainacan platform, as it represents a tool for collection management through metadata creation and serves as a means for the musealization of archaeology.

Keywords: Museology; Museum documentation; Musealization of archaeology; Tainacan.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – "Prof. Cabral com assistentes mostrando as futuras instalações do Instituto de Antropologia"	23
Figura 2 – Identidade visual do MArquE	25
Figura 3 – Reserva Técnica I	27
Figura 4 – Reserva Técnica I	27
Figura 5 – Reserva Técnica I	28
Figura 6 – Reserva Técnica I	28
Figura 7 – Reserva Técnica II	29
Figura 8 – Reserva Técnica II	30
Figura 9 – Reserva Técnica III	30
Figura 10 – Reserva Técnica III	31
Figura 11 – Reserva Técnica III	31
Figura 12 – Vista geral da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés	34
Figura 13 – Ilha de Ratonés Grande - Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés	35
Figura 14 – Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés	35
Figura 15 – Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés	36
Figura 16 – Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés	36
Figura 17 – Planta baixa do Forte Santo Antônio de Ratonés	37
Figura 18 – Metodologia de documentação utilizada por Hélio Vianna	40
Figura 19 – Fragmento de cerâmica com a numeração sobreposta	58
Figura 20 – Fragmento de cerâmica com a numeração sobreposta	59
Figura 21 – O mesmo fragmento de cerâmica visto de outro ângulo	59
Figura 22 – Fragmento de cerâmica com a numeração raspada	60
Figura 23 – O mesmo fragmento de cerâmica de outro ângulo	60
Figura 24 – Vidro com numeração raspada e sobreposta	61
Figura 25 – O mesmo vidro visto de outro ângulo com tinta nanquim raspada	61
Figura 26 – O mesmo vidro com tinta nanquim raspada	62
Figura 27 – Fragmento de cerâmica com a numeração sobreposta	63
Figura 28 – Cerâmica com a numeração sobreposta	64
Figura 29 – Osso de fauna com numeração original	64
Figura 30 – Metadados da Coleção Sítios Arqueológicos no Tainacan	67

Figura 31 – Número de registro da coleção museológica do MArquE	68
Figura 32 – Número de registro da coleção arqueológica do MArquE	69
Figura 33 – Ilha de Ratonés Grande, localizada estrategicamente na entrada da baía Norte de Florianópolis	71
Figura 34 – Visualização da Coleção Sítios Arqueológicos no site do museu	72
Figura 35 – Visualização dos sítios arqueológicos no site	73
Figura 36 – Visualização do sítio Forte Santo Antônio de Ratonés	73
Figura 37 – Item/caixa relacionado ao sítio Forte Santo Antônio de Ratonés	74
Figura 38 – Metadados da Coleção Bens Arqueológicos no Tainacan	75
Figura 39 – Acervo da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés na Reserva Técnica II do MArquE	77
Figura 40 – Acervo da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés na Reserva Técnica II do MArquE	77
Figura 41 – Visualização da Coleção Bens Arqueológicos no site do museu	78
Figura 42 – Visualização dos itens/caixas da Coleção Bens Arqueológicos no site	79
Figura 43 – Visualização da caixa M2.RA.0001 no site	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Contextualização da peça S02KO04

65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AtoM	Access to Memory
CFISC	Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
ETEC	Escritório Técnico
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GRUPEP	Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
INBCM	Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LEP	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Arqueologia
MARquE	Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral
MHSC	Museu Histórico de Santa Catarina
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	JUSTIFICATIVA	17
1.2	OBJETIVOS	20
1.2.1	Objetivo Geral	20
1.2.2	Objetivos Específicos	21
1.3	METODOLOGIA	21
2	O MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA	23
2.1	O MARQUE: HISTÓRICO	23
2.2	O MATERIAL DO SÍTIO FORTE SANTO ANTÔNIO DE RATONES	32
3	MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA PELA PERSPECTIVA DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA E ACERVOS DIGITAIS	41
3.1	MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA	41
3.2	SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DE ACERVOS DIGITAIS	50
4	DIAGNÓSTICO DO ACERVO DO FORTE SANTO ANTÔNIO DE RATONES	54
4.1	IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DO ACERVO NO MARQUE	54
4.2	INSERÇÃO DO MATERIAL NO TAINACAN	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresentará o diagnóstico da documentação do material do Forte de Santo Antônio de Ratonés, localizada na Ilha de Ratonés Grande, Baía Norte da Ilha de Santa Catarina, realizada pelos arqueólogos Hélio Vianna, Marcos André Torres de Souza e Francesco Palermo Neto que, posteriormente, esteve sob responsabilidade do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (Grupep), da Universidade do Sul de Santa Catarina (UniSul) e agora compõe o acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina (MARQUE/UFSC) desde outubro de 2021.

A escolha do tema se dá pelo entendimento da documentação museológica, que consequentemente rege a gestão de acervos, como ponte de comunicação entre as informações contidas nos objetos e a sociedade, cujo processo foi prejudicado após a identificação de inconsistências na metodologia utilizada pelo Grupep no tratamento dos materiais durante o trabalho de laboratório.

Nesse sentido, a análise e conferência da numeração dos materiais cerâmico, vítreo, faunístico e metálico apresentará os equívocos cometidos pelo Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (Grupep) durante os processos documentais, cuja identificação foi possível através do re-acondicionamento dos mesmos durante o período de estágio obrigatório no MARQUE, durante o período de agosto a novembro de 2022.

O museu, por sua vez, foi originado por meio da Resolução nº 089, de 30 de dezembro de 1965 com a criação do Instituto de Antropologia, cujo funcionamento junto ao curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFSC durou até 1968, segundo o Plano Museológico da Instituição (2016).

A transição do Instituto para o Museu de Antropologia ocorreu em 1970 com a extinção do instituto em 1968 devido a reforma universitária implementada pelo regime militar. Após a mudança, as atividades realizadas pelos fundadores começaram a ganhar caráter de preservação e comunicação dos acervos, utilizando-os como material didático durante as aulas, para além do seu crescimento enquanto instituição de ensino (MARQUE, 2016).

Portanto, através das aquisições, constitui-se de um espaço "de preservação da memória e promoção da cultura dos diferentes grupos que compõem a sociedade

catarinense" (MARQUE, 2016, p. 5-6), cujo acervo é dividido entre as coleções de etnologia indígena, arqueologia e de cultura popular.

A coleção de etnologia indígena conta com mais de 900 peças dos povos indígenas "Guarani, Kaingang e Xokleng-Laklãnõ de Santa Catarina, Tikuna da Amazônia, Bororo, Karajá e de outros povos do Brasil Central" (MARQUE, 2016, p. 11). A de arqueologia tem o maior número de peças do acervo, somando 50 mil vestígios da atividade humana pré-colonial de Santa Catarina, enquanto que a coleção de cultura popular reúne obras de Franklin Cascaes, desenhos sobre papel, conjuntos de esculturas e registros etnográficos, contabilizando 3.400 peças.

Por tratar-se de um museu com acervo abundante e diversificado que reúne e comunica a história das culturas que compõem o Estado de Santa Catarina, para além do seu carácter universitário e de pesquisa, é importante e válido que tal espaço seja consultado, pesquisado e explorado da mesma forma que é a documentação dos objetos, possibilitando a recuperação da informação para que trabalhos como esse aconteçam.

Dessa forma, a presente pesquisa realizará o diagnóstico dos procedimentos documentais realizados por meio dos relatórios e fichas de catalogação produzidas a respeito do material. Assim, a problemática deste trabalho consiste nas inconsistências do tratamento informacional recebido pelo material da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonas e como isso interfere no processo de documentação dentro da instituição, bem como a disponibilização de seu contexto para o público.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro destinado ao histórico do MARQUE, sua origem, trajetória e a construção do seu acervo. O segundo vai abordar a documentação museológica e gestão de acervos arqueológicos a partir de uma perspectiva teórica e metodológica, enquanto o terceiro vai trabalhar diretamente o histórico da documentação do material estudado neste projeto, expondo os equívocos cometidos pelo GRUPEP e simulando a inserção do material na plataforma Tainacan.

1.1 JUSTIFICATIVA

Optou-se por tratar da documentação do material da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonas ao reconhecer a importância da documentação museológica

como ferramenta de diálogo entre os acervos de museus e a sociedade, bem como a relevância de tais vestígios para a história de Santa Catarina.

A escolha do objeto de estudo deste trabalho destaca-se pelo reconhecimento do tratamento informacional dos objetos de museus como catalisador do papel social que cumprem ao dialogarem seus acervos com a sociedade, pela importância da tratativa de documentação de acervos arqueológicos em museus e pela necessidade de gerar a discussão a respeito do tratamento informacional, ou a falta deste, bem como as suas consequências dentro das instituições.

Sendo a documentação museológica responsável pela "seleção, a pesquisa, a interpretação, a organização, o armazenamento, a disseminação e a disponibilização da informação" (PADILHA, 2014, p. 35), esta precisa estar de acordo com as normas e técnicas indicadas por profissionais da área, respeitando as especificidades tipológicas de cada acervo conforme os museus, para que sua função seja executada de forma eficiente e sirva não somente para os funcionários do museu, mas também para o público.

Realiza-se a correlação entre a documentação museológica e o material analisado uma vez que os procedimentos aplicados comprometem o contexto das peças e dificulta o entendimento por parte dos profissionais, afetando também a posterior comunicação para o público, trabalhando em sentido contrário aos ideais da documentação do acervo museológico. Além disso, afetará a transferência da documentação do acervo para a plataforma do Tainacan, cujo processo está em andamento na instituição.

A identificação das inconsistências¹ encontradas na documentação realizada pelo GRUPEP ocorreu logo quando o acervo foi recebido pelo museu e deu-se início à documentação fotográfica, registrada nas fichas de catalogação durante o estágio realizado na instituição. Esse processo permitirá a reformulação da numeração das peças dentro dos conformes pré-estabelecidos, estipulados de acordo com o contexto da escavação e de localização dos vestígios. Vale ressaltar que tal documentação resultou na elaboração de uma proposta enviada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/SC) para obter financiamento a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), e que, uma vez aprovado, irá colocar em prática o

¹ Foram encontrados fragmentos de cerâmica com numeração sobreposta, entre outros materiais com camada de tinta cobrindo a antiga numeração, numeração raspada e peças contendo duas numerações, a da metodologia de Hélio Vianna e a dada pelo GRUPEP.

que este trabalho discute em termos do tratamento informacional dos itens, tentando recuperar as informações contidas na documentação de Hélio Vianna.

De acordo com o Plano Museológico da Instituição (2016), o MArquE tem por função a valorização e preservação do acervo, bem como a pesquisa, documentação, comunicação e circulação de seus bens visando a disseminação do conhecimento em forma de pesquisas, ensino e extensão nas áreas da Antropologia Cultural, Arqueologia e Museologia.

Portanto, para além da importância do material a ser analisado e do resultado do diagnóstico, faz-se o uso da missão do museu como catalisadora para a pesquisa, uma vez que as peças disponibilizadas suprem as necessidades do trabalho e são de fácil acesso devido o contato direto com os profissionais do museu que estão envolvidos na elaboração da ficha de catalogação, "instrumento de trabalho que reúne informações de diversas fontes: administrativas, jurídicas, culturais, materiais, bibliográficas, históricas e topográficas" (BOTTALLO, 1998, p. 258) e participaram do processo.

Além disso, a Resolução Normativa Ibram nº 6, de 31 de agosto de 2021 reconhece a legitimidade e estipula elementos de descrição de informações dos objetos musealizados e exige que esses sejam declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM), bem como pode se aplicar a acervos e coleções de outras tipologias.

Defende-se, ainda, a relevância do trabalho considerando que o estudo de acervos arqueológicos não deve focar apenas no material, "mas cabe também, na gestão documental desse patrimônio, considerar as observações efetuadas no sítio arqueológico e registradas na documentação arqueológica como fonte importante de memória" (BALLARDO; MILDNER, 2016, p. 12).

Portanto, o trabalho visa aprimorar o tratamento informacional dentro da instituição, de forma a identificar e registrar os procedimentos de documentação anteriormente realizados, bem como a busca pela recuperação das informações do acervo nas peças que assim forem possíveis, conforme é constatada a importância quando se diz que

[...] para que isso seja claro para todos os envolvidos no processo de catalogação, será muito importante criar – sistematicamente rever – manuais de procedimentos de catalogação com regras para a utilização e preenchimento de cada campo da ficha [...] (BOTTALLO, 2020, p. 54 apud PADILHA, 2014, p. 51).

Vale ressaltar que as inconsistências encontradas na numeração do material dada pelo GRUPEP exigirão um olhar mais cauteloso no que diz respeito a inserção da coleção arqueológica no repositório digital Tainacan, cujo processo já foi iniciado. Foi possível identificar que não se deu continuidade a numeração previamente dada por Hélio Vianna na maior parte dos itens, que estava contextualizada e grande parte foi perdida por ter sido raspada e/ou sobreposta pela numeração dada pelo grupo de pesquisa.

Os procedimentos realizados não apenas vão dificultar a transferência do material para a plataforma, mas também atrapalham o acesso ao contexto das peças, uma vez que a numeração alfanumérica realizada por Hélio Vianna foi pensada de forma a incluir o máximo de informações possíveis dentro do contexto de escavação, bem como as informações intrínsecas dos objetos e a localização dos mesmos no sítio, por exemplo.

Por fim, levando em consideração o Estatuto de Museus, lei nº 11.904 de 2009, que diz em seu artigo 39 que "é obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários" (BRASIL, 2009) e os argumentos previamente apresentados, considera-se de importância que tal material seja objeto de estudo, visando facilitar as atividades do museu e possibilitando que a documentação cumpra o seu dever como mediadora entre acervo e público com a finalidade de agregar em conhecimento através da comunicação entre ambos.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Realizar o diagnóstico da documentação realizada no acervo de material faunístico, vítreo, metálico e cerâmico do Forte Santo Antônio de Ratonés pela perspectiva da documentação museológica.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os procedimentos de documentação inicialmente realizados pelo arqueólogo Hélio Vianna e, posteriormente por Souza e Neto;
- Identificar a metodologia utilizada pelo GRUPEP durante o tratamento informacional do acervo;
- Simular a inserção do material na plataforma Tainacan com base nos princípios estipulados pela documentação museológica do material e levando em consideração as especificidades de acervos arqueológicos.

1.3 METODOLOGIA

Será realizada neste projeto duas metodologias: a pesquisa documental e bibliográfica. A primeira, segundo Marconi e Lakatos (2003), é caracterizada pelo uso do documento como fonte de dados que, no caso deste estudo, são os materiais coletados na escavação do Forte de Santo Antônio de Ratonés no ano de 1990 pelos arqueólogos Marcos André Torres de Souza e Francesco Palermo Neto, Edna June Morley e Rossano Lopes Bastos e as fichas de catalogação realizadas em 2022 durante o estágio obrigatório e participação no projeto Conheça o MARquE², que identificam e especificam as condições dos objetos analisados.

Serão consultados também os relatórios sobre a documentação e tratamento do acervo realizados por Hélio Vianna em 1989, posteriormente por Marcos André Torres de Souza e Francesco Palermo Neto em 1991 e, por último, pelo Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (GRUPEP), da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) em 2012.

A pesquisa bibliográfica consiste na consulta em fontes que não os objetos analisados neste trabalho, que diz respeito à

[...] toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

² Cadastrado no SIGPEX, nº 202211053.

Nesse sentido, bibliografias referentes à trajetória histórica do MArquE, bem como a dos museus em geral, documentação museológica, musealização da arqueologia, arqueologia, organização da informação e gestão de acervos com enfoque para coleções arqueológicas foram exploradas no decorrer da pesquisa.

2 O MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

2.1 O MARQUE: HISTÓRICO

A história do museu está ligada com a institucionalização da Antropologia em Santa Catarina, começando pela década de 1950 com a criação da Faculdade de Filosofia, cuja área que, não muito tempo depois, começa a fazer parte dos currículos de formação superior no estado. Em 1964, é encaminhada por Oswaldo Rodrigues Cabral, historiador e professor de Antropologia Cultural da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFSC, e seus assistentes Silvio Coelho dos Santos e Walter Piazza, uma proposta de criação do Instituto de Antropologia que marcou um avanço na consolidação da área (MARQUE, 2016).

Figura 1 - "Prof. Cabral com assistentes mostrando as futuras instalações do Instituto de Antropologia"



Fonte: MARquE (<https://museu.ufsc.br/memoria/>).

Criado através da Resolução nº 089, de 30 de dezembro de 1965, o Instituto funcionou junto ao Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFSC até 1968, onde, no mesmo ano, uma sede própria para o Instituto foi criada, "uma edificação reformada e adaptada que integrava o complexo da antiga Fazenda 'Assis Brasil', cujo espaço foi transformado no atual campus universitário³" (Museu Universitário, 2008, p. 8). Ainda em 1968, o Instituto passa a ser aberto ao público.

Inicia-se, então, um ambiente de pesquisas arqueológicas com foco em culturas indígenas, que resultam em três divisões: a de Arqueologia, Antropologia Física e Antropologia Cultural. O acervo arqueológico reunido no laboratório passou a ser usado como material didático nas aulas ministradas para alunos dos cursos de

³ Atualmente Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n - Trindade, Florianópolis – SC, Universidade Federal de Santa Catarina.

História e Geografia. O Instituto contava também com uma biblioteca, que reunia trabalhos a respeito de antropologia, folclore e arqueologia (MARQUE, 2016).

Na década de 1970, houve uma reforma universitária na UFSC que transformou o Instituto de Antropologia em Museu de Antropologia, apesar de suas atividades terem sido mantidas visto que os trabalhos de pesquisa continuavam como prioridade. Só teriam um novo desafio: a exposição de seu acervo com os objetivos de extensão e ensino (Museu Universitário, 2008).

O convênio do Museu e da UFSC com a Prefeitura de Florianópolis em 1974 trouxe o professor, ceramista e gravurista Franklin Joaquim Cascaes e suas obras para a instituição. Sendo também estudioso do folclore e da cultura popular, contribuindo para a área e doando para o acervo do museu esculturas, desenhos e manuscritos (GUIMARÃES, 2014, p. 37 apud MARQUE, 2016, p. 10). Além disso, suas obras possibilitaram a montagem de exposições que auxiliaram na visitação do público à instituição.

Com a mudança de Museu de Antropologia para Museu Universitário em 1978, passou a constituir um espaço exclusivamente dedicado a exposições e guarda do acervo, não necessariamente voltado à pesquisa e ao ensino (Museu Universitário, 2008), em contraponto ao que a Mesa de Santiago do Chile discutia em 1972 ao dizer que o museu é

[...] uma "instituição ao serviço da sociedade, que adquire, comunica, e notadamente expõe, para fins de estudo, conservação, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem" (Declaração de Santiago do Chile, 1972)

A pesquisa é retomada pelo Setor de Arqueologia graças ao apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) com a aprovação do projeto "O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina", coordenado pela arqueóloga Teresa Domitila Fossari na década de 1980. Em 1993, Oswaldo Rodrigues Cabral foi homenageado pela instituição e o museu passou a ser denominado Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (Museu Universitário, 2008).

A fase em que o museu se encontra deu início com a abertura do Pavilhão de Exposição Antropólogo Silvio Coelho dos Santos", abrigando atividades de comunicação museológica, sendo essas exposições de curta, média e longa duração e o setor educativo-cultural, responsável por mediar as visitas e o público. É nesse

momento que surge a necessidade de consolidar uma nova identidade do museu, criada em 2011 e com a proposta do nome “Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE)”, aprovado em 2012 pelo Conselho Universitário da UFSC (MARQUE, 2016).



Fonte: MARquE, 2018 (<https://museu.ufsc.br/1769/>).

Portanto, a atual missão do museu, de acordo com o Plano Museológico (2016, p. 2), é

Atuar em favor da preservação, pesquisa, comunicação e valorização do patrimônio arqueológico e etnológico brasileiro, com foco no litoral catarinense, promovendo o amplo acesso e difusão do conhecimento gerado na Universidade Federal de Santa Catarina nas áreas de Arqueologia, Etnologia e Museologia.

O MARquE também possui relações interinstitucionais, mapeando instituições correlatas na ilha e no estado a fim de realizar convênios, parcerias e/ou intercâmbios com institutos de pesquisa, órgãos museais e de fomento, entre outros, para fins de pesquisa.

A estrutura interna do MARquE possui no topo o Conselho, que engloba todas as demais ramificações. Em seguida, a Secretaria e as Divisões de Museologia, de Pesquisa, distribuídas em setores, e a de Ensino. A de Museologia é responsável pelos setores Pedagógico, de Conservação e Restauro, de Expografia e de Documentação Museológica, enquanto a Divisão de Pesquisa corresponde aos setores de Arqueologia, Etnologia e de Documentação (MARQUE, 2016).

O acervo do museu destaca-se pela sua diversidade, sendo alvo de procura de pesquisadores não só do Brasil, mas de outros países, tendo participado da

exposição "A Associação Brasil 500 anos Artes Visuais - Mostra de Redescobrimto" em setembro de 2000. Em 2005, dez peças do acervo de Arqueologia e Etnologia Indígenas foram emprestadas para o Museu Nacional da França (Museu Universitário, 2008).

Resultado de pesquisas realizadas pelo corpo técnico-científico do museu (Museu Universitário, 2008) e doações, o acervo é dividido segundo tipologia, constituindo três coleções no total: museológica, arquivística e bibliográfica. Segundo o Plano Museológico (2016), a museológica conta com subcoleções de Arqueologia, Etnologia Indígena e Cultura Popular, enquanto a arquivística reúne documentos e plantas da instituição, bem como fotografias relacionadas a atividades e/ou eventos. A bibliográfica contém anais do MARQUE, livros, periódicos e revistas nas áreas de arqueologia, antropologia, história e museologia, além de mapas, fitas K7, DVD's e CD's.

A subcoleção de Arqueologia, por sua vez, é constituída de artefatos, ecofatos e remanescentes ósseos humanos. Possui, ainda, documentos como mapas, croquis fotografias e fichas de campo, provenientes de pesquisas sistemáticas em sítios pré-coloniais e históricos de Santa Catarina. Possui, ainda, a coleção de cerâmica Marajoara de populações pré-coloniais amazônicas e que pertenceu ao Museu Tom Wildi (MARQUE, 2016).

A de Etnologia reúne artefatos feitos em madeira, osso, cerâmica, lítico e metal, cestaria e fibra vegetal utilizados em atividades cotidianas ou em rituais por diferentes grupos indígenas, com destaque para os Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng⁴, além de peças doadas através de trabalho realizado com a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (MARQUE, 2016).

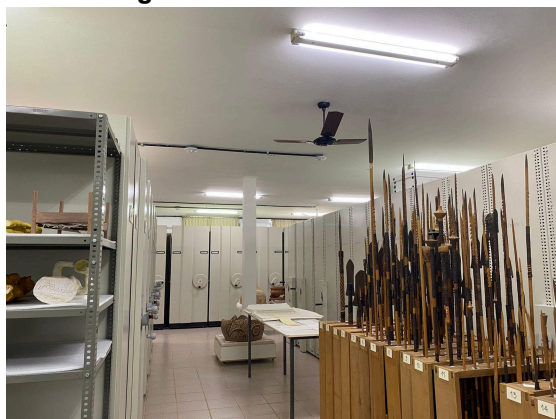
Ainda segundo o Plano Museológico (2016), a subcoleção de cultura popular contém remanescentes de engenhos de açúcar e farinha de mandioca, embarcações, cestarias, entre outros objetos que representam as comunidades tradicionais do litoral de Santa Catarina e também a coleção de esculturas, desenhos e manuscritos de Franklin Cascaes, denominada Elizabeth Pavan Cascaes.

O MARQUE possui três reservas técnicas diferentes conforme a tipologia do acervo. A Reserva Técnica I reúne as coleções de cultura popular, etnologia indígena, objetos arqueológicos e documentos relacionados a atividades de escavação de

⁴ Grupos que compõem a população indígena no Estado de Santa Catarina.

pesquisadores como Anamaria Beck, Walter Piazza e Teresa Fossari, por exemplo. Cabe destacar que as três possuem o sistema de gerenciamento térmico CLIMUS.

Figura 3 - Reserva Técnica I



Fonte: Autoria própria, 2023.
Acervo: MARquE/UFSC

Figura 4 - Reserva Técnica I



Fonte: Autoria própria, 2023.
Acervo: MARquE/UFSC

Figura 5 - Reserva Técnica I

Fonte: Autoria própria, 2023.
Acervo: MARquE/UFSC

Figura 6 - Reserva Técnica I

Fonte: Autoria própria, 2023.
Acervo: MARquE/UFSC

A Reserva Técnica II é responsável pelo armazenamento dos bens arqueológicos do museu, reunindo artefatos líticos, ossos de fauna, material malacológico, cerâmicas pré-coloniais e históricas, objetos de metal, entre outros.

Figura 7 - Reserva Técnica II



Fonte: Bruno Labrador, 2023.
Acervo: MArquE/UFSC

Figura 8 - Reserva Técnica II

Fonte: Bruno Labrador, 2023.
Acervo: MARquE/UFSC

Já a Reserva Técnica III é específica para a conservação de remanescentes ósseos humanos.

Figura 9 - Reserva Técnica III

Fonte: Autoria própria, 2023.
Acervo: MARquE/UFSC

Figura 10 - Reserva Técnica III



Fonte: Autoria própria, 2023.
Acervo: MARquE/UFSC

Figura 11 - Reserva Técnica III



Fonte: Autoria própria, 2023.
Acervo: MARquE/UFSC

Portanto, ao reconhecer a relevância das atividades realizadas na instituição no que diz respeito à disseminação do conhecimento científico através de pesquisas, projetos de extensão e visitas monitoradas não apenas para a Universidade, mas para a sociedade, optou-se por analisar a documentação do material da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos como ponte de informação entre museu e público.

2.2 O MATERIAL DO SÍTIO FORTE SANTO ANTÔNIO DE RATONES

O material utilizado para esta pesquisa provém da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos, na ilha de Ratonos Grande, situada na baía norte da ilha de Santa Catarina, e compõe o acervo arqueológico do museu.

A fim de compreender a construção da fortificação, é preciso recuperar o histórico da relação de Portugal e da Espanha no Brasil durante o século XVIII. Os dois países disputavam fronteiras terrestres flexíveis, especificamente no sul do país, onde "nessa época já eram grandes os conflitos travados por portugueses e espanhóis na região entre o Rio da Prata e a ilha de Santa Catarina" (ALMEIDA e AICARD, 1989, p. 4).

No entanto, segundo Tонера (2015), para além dos tratados, a posse ocorria principalmente através da ocupação do território, mediante a construção de fortificações e núcleos de povoamento. Durante os conflitos, contestações de limites territoriais e invasões, o mesmo autor aponta que

[...] a Ilha de Santa Catarina - ancoradouro abrigado onde as embarcações podiam se reabastecer de água, víveres e lenha, e receber reparos -, último porto seguro e amplo o suficiente entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, passou a representar um ponto estratégico para Portugal (TONERA, 2015, p. 44).

A contextualização da história da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos, segundo Almeida e Aicard (1990), tem como um dos marcos principais a tentativa fracassada de reocupação de Montevideu em 1735 pelos portugueses após terem abandonado o local, permitindo que os espanhóis pudessem tomá-lo em 1723.

Dessa forma, o governador do Rio de Janeiro, Gomes de Andrade, envia uma missão ao brigadeiro e engenheiro militar José da Silva Paes para que ele tome Montevideu dos espanhóis. Durante o processo, busca reforçar tropas que

comandava ao fazer escala em Santa Catarina, o que levou tempo e impediu o êxito do serviço. Porém, Almeida e Aicard (1990, p. 5) dizem que "em compensação, funda [...] a povoação do Rio Grande de São Pedro [...] originando, inclusive, o atual estado do Rio Grande do Sul".

Portanto, na intenção de se apossar das terras que iam até o rio do Prata, Portugal criou a Capitania Subalterna da ilha de Santa Catarina em 1738, nomeando como primeiro governador José da Silva Paes como garantia da defesa da ilha, uma vez que o mesmo já havia construído fortificações no Rio de Janeiro e São Paulo (Tonera, 2015).

Segundo Cabral (1972),

Não escapara à observação do general lusitano a importância estratégica da pequena ilha que se situava a meio caminho entre Rio de Janeiro e a Colônia, afrontosa e provocadoramente construída pela sua gente, fronteira a Buenos Aires, e o rei não se fez surdo aos seus pedidos, pois, a 14 de agosto do ano seguinte (1738), expediu uma Carta Régia, na qual comunicava que, pela Resolução 5 daquele mês, depois de consultado o seu Conselho Ultramarino, havia determinado que o Brigadeiro José da Silva Paes passe logo à ilha de Santa Catarina e faça nela uma fortificação, a qual, a entender ser capaz para a sua defesa, procurando evitar nela tudo quanto lhe for possível a maior despesa (p. 11).

Assumindo o governo em 1739, Silva Paes deu início à construção do sistema defensivo no litoral catarinense, "composto de quatro fortalezas e que viria a ser ampliado com outras fortificações menores até o fim do século XVIII" (TONERA, 2015, p. 44), sendo a de Santo Antônio de Ratonas componente do terceiro vértice do triângulo de fogo idealizado pelo brigadeiro, construída um ano após a sua posse.

Apesar de ter sido considerada uma boa estratégia,

As fortalezas não estão nas grandes eminências que ela mostra; é verdade que há aqueles outeiros e rochedos, porém as baterias principais todas são baixas. É evidente que sendo assim ellas não ficam superiores aos navios. Depois disto ainda que aquelas fortalezas estejam em direção de cruzarem os seus tiros, a distância em que ficam uma das outras é tal e tão larga que a passagem que não só um tiro não cruza com outro, mas os navios podem passar sem que nenhuma dellas lhe possa fazer dano (ALMEIDA e AICARD, 1990, p. 8).

O padrão de técnicas construtivas da época, principalmente em Santa Catarina, consistia em alvenaria e cal, cujos materiais foram obtidos no mesmo local. Por estar localizada em meio ao mar, as condições climáticas e morfológicas prejudicaram a sua conservação, bem como a escassez de manutenções que

contribuíram para que se encontrasse em ruínas até o final da década de 1960 (Tonera, 2015).

Figura 12 - Vista geral da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos



Fonte: Alberto L. Barckert, 1999. Acervo do Projeto Fortalezas Multimídia/UFSC.
Disponível em: <https://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=2>.

Figura 13 - Ilha de Ratoes Grande - Fortaleza de Santo Antônio de Ratoes



Fonte: Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (CFISC)/UFSC. Disponível em: <<https://fortalezas.ufsc.br/fortaleza-de-santo-antonio-de-ratoes/>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

Figura 14 - Fortaleza de Santo Antônio de Ratoes



Fonte: Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (CFISC)/UFSC. Disponível em: <<https://fortalezas.ufsc.br/fortaleza-de-santo-antonio-de-ratoes/>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

Figura 15 - Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés



Fonte: Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (CFISC)/UFSC. Disponível em: <<https://fortalezas.ufsc.br/fortaleza-de-santo-antonio-de-ratonés/>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

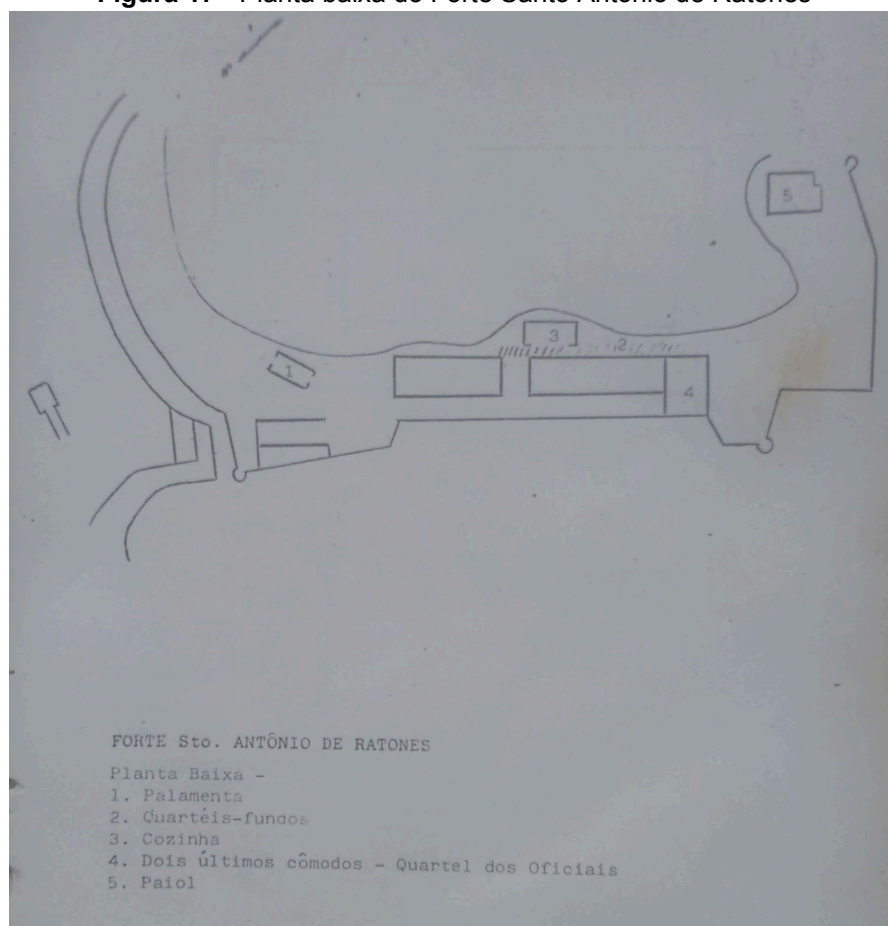
Figura 16 - Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés



Fonte: Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (CFISC)/UFSC. Disponível em: <<https://fortalezas.ufsc.br/fortaleza-de-santo-antonio-de-ratonés/>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

A fortaleza é dividida em cinco cômodos: a palamenta, os quartéis-fundos, a cozinha, o quartel dos oficiais e o paiol. Para melhor visualização, segue abaixo a planta baixa do forte presente no relatório de Souza e Neto (1991).

Figura 17 - Planta baixa do Forte Santo Antônio de Ratonés



Fonte: Souza e Neto (1991), anexo 1.

Apesar da Fortaleza ser patrimônio histórico cultural tombado pelo IPHAN desde 1938 e de ter recebido mutirões de limpeza em 1964 (CFISC, [s.d.]), foi apenas em 1969 que deu-se início ao trabalho de recuperação das fortificações catarinenses através de uma iniciativa do IPHAN⁵ com a Prefeitura Municipal de Florianópolis e o Governo do Estado de Santa Catarina, responsável pela recuperação do Forte de

⁵ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), "criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, tornou-se Diretoria em 1946 (DPHAN); em 1970, assume a denominação de Instituto (IPHAN) e, em 1979, de Secretaria (novamente SPHAN). Em 1981, passa a Subsecretaria, mantendo a sigla SPHAN. Finalmente, em 1994, readquire a designação de Instituto e recebe a nomenclatura de IPHAN. Para fins didáticos, manteremos ao longo do texto a sigla IPHAN, desconsiderando as sucessivas mudanças de nomenclatura" (FLORENCIO et al, 2014, p. 5).

Santana. Em seguida, da Fortaleza de Anhatomirim, também construída por Silva Paes (Tonera, 2015).

Segundo o autor, através do convênio entre Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o IPHAN e o Ministério da Marinha, o processo de restauração das fortalezas se impulsionou. Em 1979, a UFSC assumiu a guarda e manutenção de Anhatomirim, enquanto as outras permaneciam em ruínas, até que foi realizado um mutirão de voluntários a favor da conservação de Ratonés entre setembro de 1983 a setembro de 1984.

Nesse sentido, entre 1987 e 1989, o IPHAN possibilitou intervenções de limpeza, prospecções arqueológicas e levantamento de documentação relacionada aos edifícios e muralhas das fortalezas São José da Ponta Grossa e Ratonés. Porém, a recuperação efetiva deste patrimônio se deu através do *Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina - 250 Anos da História Brasileira*, sob coordenação da UFSC em parceria com o IPHAN e apoio institucional da Marinha e do Exército brasileiro, que foi financiado pela Fundação Banco do Brasil (Tonera, 2015).

Criado entre 1989 e 1992, o projeto permitiu a restauração das fortalezas de Ratonés, em 1990, e de São José da Ponta Grossa, em 1991, que passaram a ser gerenciadas pela UFSC e foram abertas à visita um ano depois (CFISC, [s.d.]).

A primeira intervenção arqueológica aconteceu entre 1988 a 1989, sob coordenação do arqueólogo Hélio Vianna da Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, cujas atividades consistiram em trabalhos de restauração da Fortaleza. Em seu relatório, Vianna aponta que

A pesquisa tinha como objetivo reunir o maior número possível de informações sobre o monumento, ao qual os historiadores locais costumavam referir-se como "um forte sem história", tendo em vista que a memória da população não registrava, quanto a ele, qualquer função importante (VIANNA, 1994, p. 19).

Em 1990, os arqueólogos Edna June Morley e Rossano Lopes Bastos, do IPHAN de Santa Catarina, acompanharam as prospecções na Fortaleza.

Ainda em na década de 1990 ocorreu a prospecção no Paiol da Pólvora sob coordenação de Marcos André Torres de Souza, que foi estagiário de Hélio Vianna, e participação do também arqueólogo Francesco Palermo. Juntos, elaboraram um relatório de 1991.

Neste ano, houve a retirada de dois sepultamentos que pertenciam a um conjunto de 11 óbitos decorrentes da época em que a fortificação funcionou como lazareto durante o século XIX, "onde doentes contaminados por moléstias contagiosas eram tratados e que em 1859, o local foi desarmado e ali foi colocado o telégrafo aéreo. Ainda afirma que em 1878 a fortaleza funcionou como depósito de carvão para os navios da Armada portuguesa" (JANUÁRIO, 2013, p. 38 apud SALVADOR, 2017, p. 329).

Através da análise do relatório de Hélio Vianna (1994), foi possível identificar e compreender como se deu o início da pesquisa e como se desenvolveram suas etapas, bem como a metodologia e procedimentos utilizados para documentar os materiais encontrados, que serão estudados em seguida.

Cabe mencionar que o material coletado por Hélio Vianna foi para a Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro. Já os recuperados por Marcos e Francesco foram direcionados ao Escritório Técnico do IPHAN em Laguna, Santa Catarina, para análise e pesquisa, cujo acervo foi recebido pelo MARquE em 2021.

Após posteriores intervenções, os arqueólogos apontam para a

[...] necessidade da realização de trabalhos de análise e interpretação deste material, o que permitirá revelar em maior detalhe traços da história de Santa Catarina; aspectos do cotidiano das populações que deixaram seu testemunho na Fortaleza de Santo Antônio, seus hábitos e atividades (SOUZA; NETO, 1991, p. 8).

Os autores acrescentam, ainda, que as características das peças, apesar de poucas, indicam diferentes períodos de ocupação e relação com a atividade militar da fortaleza desde a sua construção em 1744, a ocupação espanhola entre 1777 a 1778 até o seu abandono, levando em consideração o contexto socioeconômico do material.

Dentre os materiais encontrados, destacam-se o vítreo, cerâmico, metálico e faunístico.

Vale destacar que, no relatório de Marcos André Torres de Souza e Francesco Palermo Neto, é dito que o processo de documentação das peças foi desenvolvido por Hélio Vianna (SOUZA; NETO, 1991). Os autores explicam que a numeração se baseou conforme as áreas de escavação, em primeiro momento. Foram utilizados de

base sete dígitos, constituindo um código alfanumérico, onde cada letra e número possui diferente significado e contexto.

O primeiro dígito, indicado por uma letra, representa a área onde foi identificado o fragmento (p.ex. quartel dos oficiais), o segundo e terceiro indicam por números a quadrícula (01, 02, 03...) aparecendo representado 00, quando o material foi encontrado em superfície. O quarto dígito indica por letras, profundidade: A=superfície, B=0-10, C=10-20 e assim sucessivamente. O quinto indica o tipo de material (ver ficha de classificação por material). Por fim, o sexto e o sétimo dígitos indicam o número de registro para cada fragmento (SOUZA; NETO, 1991, p. 5).

A metodologia utilizada por Vianna para documentar as peças é indispensável para o contexto dos materiais. No momento em que é desconsiderada, as informações são perdidas, bem como a compreensão da relação das peças com o espaço em que foram encontradas, que foi trabalhada através do sistema a seguir:

Figura 18 - Metodologia de documentação utilizada por Hélio Vianna

Para as áreas em que o material foi resgatado, seguiu-se a seguinte codificação:

Quartéis-fundos	Y00A
Cozinha	S00A
Palamenta	D00A
2 últimos cômodos - quartel dos oficiais	I00A
Superfície geral	Z00A

Fonte: SOUZA e NETO, 1991, p. 6.

Graças ao registro dos métodos utilizados por Hélio Vianna é possível compreender o contexto das peças dentro do acervo e dessa forma, inseri-lo ao cenário do museu e utilizá-lo como ferramenta na gestão de acervos. Porém, considerando a trajetória do material no momento em que chega ao laboratório do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (GRUPEP), da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) em 2012, a numeração de parte significativa dos materiais é alterada, interferindo na sua contextualização, sendo percebida essa interferência somente em 2022, quando o acervo vai para o MARQUE.

Portanto, a continuação do trabalho se dá através da exposição conceitual e metodológica da documentação museológica a fim de explicar as consequências causadas a um material dentro de um acervo quando sua documentação é prejudicada, alterada e/ou quando a documentação anterior é desconsiderada e não registrada no momento em que um material é pesquisado e de que forma a gestão desses objetos é comprometida.

3 A MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA PELA PERSPECTIVA DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA E ACERVOS DIGITAIS

3.1 MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA

Os museus são espaços destinados à salvaguarda, preservação, conservação, pesquisa e comunicação de objetos que representam a memória de camadas da sociedade. São inúmeras as definições estipuladas para definir ou cercar a função das instituições museológicas, porém Ferrez (1994) afirma que museus são veículos de informação, uma vez que suas atividades são capazes de transformar objetos e, dessa forma, o seu acervo, em fontes de pesquisa e de comunicação, disseminando e permitindo acesso ao conhecimento para a sociedade.

Além disso, a última definição de 25 de agosto de 2022 do Conselho Internacional de Museus (ICOM) aponta que são instituições a serviço da sociedade que

[...] fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (ICOM, 2022).

Em âmbito nacional, a trajetória dos museus tem início com a criação do Museu Real⁶, atual Museu Nacional, em 1818, cujo compromisso com a divulgação científica existe desde a sua fundação (SALADINO et al, 2016). Como lugares essenciais para o desenvolvimento da ciência, auxiliam na diversidade tipológica das áreas do conhecimento, como por exemplo, no desenvolvimento da Arqueologia, uma vez que "as coleções de natureza arqueológica já faziam parte dos gabinetes de curiosidades, antiquários e galerias desde o século XVI" (BRUNO, 1996, p. 295).

Além disso,

A história dos museus, de uma forma geral ou pelo menos como a bibliografia referencial tem evidenciado, pode ser reconhecida como a sequência de momentos de mudança e/ou rupturas em relação, por um lado, à superação de paradigmas referentes aos estudos de cultural material e, por outro, à identificação das possibilidades de inserção social das ações museológicas (BRUNO, 2009, p. 18).

⁶ "Criado em 1818 por D. João VI como Museu Real, manteve essa denominação até 1889, quando no início da República passou a ser chamado Museu Nacional" (SILY, 2012, p. 16).

No entanto, a história da Arqueologia começa no Renascimento e deriva da história, "cujas evidências materiais substituem, disponibilizam e complementam fontes escritas dos passados humanos" (SILVEIRA, 2022, p. 81 apud SANTANA et al, 2023, p. 5). Tratando-se do desenvolvimento da área no Brasil, Santana et al (2023) ao citar Silveira (2021), afirma que esta emergiu pelas perspectivas pré-colonial e histórica, onde a primeira utiliza da cultura material como referência enquanto a segunda conta com documentos escritos.

Além disso, vale destacar a centralidade dos acervos arqueológicos e etnográficos nos estudos de cultura material, apesar das instituições museológicas existirem no Brasil há duzentos anos (BRUNO, 2009). Pode-se dizer, então, que a Museologia e a Arqueologia partilham uma trajetória com base no colonialismo, cujo relacionamento perdura desde o período imperial (TEBALDI, 2017), apesar de que, a partir de 1950, os estudos arqueológicos passaram a se deslocar dos museus para os ambientes universitários, proporcionando outro tipo de relação entre as áreas (BRUNO, 2005 apud TEBALDI, 2017).

Os arqueólogos Michael Shanks e Christopher Tilley (1992, p. 68) reconhecem o museu como a principal "conexão institucional entre a arqueologia como profissão e disciplina e a sociedade em geral" (tradução nossa).

Reconhecendo a sua origem, a partir da década de 1950 com a redefinição do conceito de museu pelo ICOM que agrega valores relacionados à função social das instituições museológicas (SOUZA, 2009), os museus passam pelo movimento de reformulação de suas narrativas e desconstrução de conceitos que engessam as práticas museológicas, bem como o potencial informativo de suas coleções.

Segundo Ribeiro (2014, p. 100), a atmosfera dos museus do Ocidente ainda reflete os museus brasileiros, que pode ser percebido para a Arqueologia, uma vez que compartilham do aspecto curioso e exótico dos objetos, para além do "caráter universalista e enciclopédico das coleções; o acúmulo dos objetos sem contexto, sepultados em reservas técnicas que mais parecem depósitos".

Cabe ressaltar a entrada dos museus que salvaguardam coleções arqueológicas oriundas de coletas assistemáticas no século XX "como locais de ensino e produção científica, como depósitos de objetos ordenados, atuando a partir de uma perspectiva enciclopédica, evolucionista e classificatória" (BRUNO, 1995, p. 111 apud RIBEIRO, 2014, p. 100).

Porém, no que se refere ao conceito de informação na perspectiva dos museus, "não se deve perder de vista o caráter institucional no qual se encontra atrelada a maioria dos museus, sobretudo aqueles classificados como 'tradicionais'" (SOUZA, 2009, n.p.).

No entanto, o potencial informativo dos objetos é catalisado no momento em que sofrem o processo de musealização, caracterizado pela destituição do significado original das peças para ganhar outro em decorrência de sua entrada no museu. Introduzido na área da Museologia por Zbynek Stránský, este admite ser uma "estratégia de preservação (que deve ser compreendida em sentido amplo: preservação física e preservação das informações, o que pressupõe o acesso) e como processo (ou conjunto de processos) de caráter necessariamente seletivo (musealizar implica em selecionar)" (LOUREIRO; LOUREIRO, 2013, p. 6).

Desta forma,

O objeto, ao ser incorporado pelo museu, recebe intencionalmente um valor documental e, por conseguinte, necessita ser comunicado, preservado e pesquisado, passando por um processo de ressignificação de suas funções e de seus sentidos, para assim se tornar um objeto museológico, processo no qual devem ser evidenciadas suas características intrínsecas e extrínsecas (FERREZ, 1994 apud PADILHA, 2014, p. 20).

Do ponto de vista museológico, a musealização é, ainda, o procedimento de extração física e conceitual "de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em musealium ou musealia, em um "objeto de museu" que se integre no campo museal" (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57).

A partir deste momento, o objeto se torna documento que, segundo Lara e Mendes (2018) ao citarem Briet (1951), vai além de uma evidência, prova e/ou fato: é o registro do conhecimento. Para Padilha (2014, p. 13), "é qualquer objeto produzido pela ação humana ou pela natureza, independentemente do formato ou suporte, que possui registro de informação". Segundo Santana *et al* (2023), ainda, o documento obtém seu valor documental através do seu contexto de recepção.

Para Otlet, o conceito de documento aplica-se a tudo que for passível "de guarda e preservação, pois é representante de alguma ação humana ou de algum detalhe da natureza" (SMIT, 2008 apud LOUREIRO; LOUREIRO, 2013, p.2). É importante frisar que, segundo Jean Meyriat, ao ser citado por Loureiro e Loureiro

(2013), todo objeto é passível de se tornar documento, porém não quer dizer que todo objeto possui a função de dar suporte à informação ou que serve apenas para isso.

Além disso, pode servir como “instrumento de cultura, instrumento de conhecimento e fixação da realidade, mensagem no processo de informação documental e fonte de conhecimento científico” (López Yepes, 1997 apud Loreiro, 2013).

Portanto, ao estabelecermos uma estrutura hierárquica, nota-se que os objetos musealizados, tornam-se documentos/bens culturais e, em seguida, fontes de informação, cuja palavra provém do latim ‘informare’, que significa dar forma, no sentido de criação, bem como pode se referir aos aspectos de conciliação entre a mente e os objetos (SOUZA, 2009). Considerando que a Museologia é a ciência que estuda a relação entre os indivíduos e os objetos, é cabível ressaltar o que significa a informação que estes suportam dentro dos ambientes museológicos.

Nesse sentido, a informação em museus, ou a informação museológica, pode se encaixar no conceito de Informação-como-coisa de Buckland (1991), citado por Padilha (2014), que é o documento ou objeto com potencial informativo através de sua descrição e representação. Consiste, portanto, no registro presente nos objetos musealizados, extraídos uma vez que são pesquisados e, nesse processo, suas informações intrínsecas e extrínsecas se destacam.

Por outro lado, deve-se dizer que a informação arqueológica, apesar de se constituir no mesmo âmbito que a museológica através da extração das informações dos vestígios coletados em trabalhos de campo a partir da pesquisa, é tratada antes de adentrar o ambiente museológico. Vestígios estes que, de acordo com Santana et al (2023, p. 5), "são elevados como objeto, objeto de estudo e alcançam o status de documento, ou seja, de informação, esse que é um fenômeno com significação, o degrau para a construção do conhecimento (cultura imaterial)".

No entanto, vale levar em consideração a forma com que a informação museológica e a arqueológica são recebidas e tratadas na instituição. Os objetos comumente destinados às coleções museológicas possuem seus significados explorados pelos profissionais, que visam o máximo de extração possível das informações intrínsecas e extrínsecas, fazendo uso de outras fontes que não as do próprio objeto, como as propriedades físicas, para engrandecer o seu valor informativo.

Enquanto isso, os de tipologia arqueológica costumam chegar às instituições já contextualizados pelos arqueólogos, que comumente registram os processos de escavação, pesquisas e análises em diários de campo e de laboratório. De acordo com Santana et al (2023, p. 6), "a Arqueologia se baseia na relação entre escavação (busca), cognição e análise (representação) dos vestígios, e dessa relação há a produção de conteúdos informacionais".

Tal relação gera o surgimento de uma fenomenotécnica própria para a Arqueologia, sendo esta para Bachelard (1996), citado por Santana et al (2023), o conjunto de pensamentos, ações, técnicas e teorias que condicionam os métodos de registrar os objetos. Além disso, influencia o aproveitamento do conteúdo e potencial informativo dentro dos museus, uma vez que possuem também metodologias de documentação de seus acervos, o que conseqüentemente afeta o caráter documental das coleções arqueológicas.

Por este motivo o tratamento das informações museológicas e arqueológicas se dão de formas diferentes dentro dos museus, onde se estuda a viabilidade de musealização dos vestígios antes de virem a compor o acervo, dado a dificuldade em documentar acervos arqueológicos por conta de suas especificidades terminológicas, quantitativas e de tipologia, se pensarmos num acervo que contém mil fragmentos de cerâmica ou 500 otólitos⁷ de peixe, por exemplo.

Da mesma forma, a documentação das coleções incorporadas por um museu é mais que um repositório de dados e deve considerar todas as importantes informações que fazem parte da pesquisa arqueológica no processo documental das coleções (BALLARDO; MENDONÇA, 2021, p. 148).

As problematizações acerca do gerenciamento do patrimônio arqueológico e a necessidade de aperfeiçoamento de métodos e técnicas de preservação e comunicação de acervos arqueológicos são pontos que deveriam aproximar a Museologia e a Arqueologia (Ribeiro, 2014). O mesmo autor afirma que, enquanto a Arqueologia busca abordagem que priorize as relações contextuais, ideológicas e sociais que envolvem a cultura material e procura empoderar as comunidades, os museus deslocam sua atenção da preservação dos objetos musealizados para a sua

⁷ Segundo Klokler (2016), otólitos são concreções de aragonita que ficam no ouvido interno dos peixes. Os otólitos possibilitam a identificação da espécie e também a sazonalidade, o habitat e a dieta alimentar dos grupos pré-coloniais.

missão de compromisso social, abarcando camadas da sociedade que permaneciam até então desconexas com as atividades das instituições museológicas.

Nesse sentido, a musealização da Arqueologia torna-se ponto de encontro entre os dois campos, apesar de ser mais discutida pela Arqueologia do que pela Museologia, uma vez que "as questões que tangenciam a musealização da arqueologia ganham espaço nos mais privilegiados fóruns de discussões da arqueologia e, em menor grau, da museologia" (RIBEIRO, 2014, p. 101), e dos estudos a respeito do tema assinalarem o distanciamento entre as áreas no gerenciamento do patrimônio.

Os debates inclinam-se para a formação dos profissionais arqueólogos e museólogos, os métodos de preservação e comunicação atrelados aos museus, a trajetória das coleções de história natural dentro das instituições, além do potencial de atribuição de significados da cultura material, pesquisas voltadas para educação patrimonial e busca por diálogo entre a arqueologia pública e a museologia social (Ribeiro, 2014).

Para além disso, os impasses para uma sistematizada gestão dos bens arqueológicos surgem através de diversos fatores como a escassez de espaço para comportar as volumosas coleções provenientes da arqueologia de contrato⁸, que "delineia novos contornos para a gestão do patrimônio arqueológico musealizado ou em processo de musealização, resvalando diretamente na cadeia operatória de musealização da arqueologia" (RIBEIRO, 2014, p. 102), a complexidade de tipologia que envolve tais vestígios, a carência de comunicação entre museólogos e arqueólogos, bem como de recursos humanos e financeiros para o andamento das atividades.

Portanto, o estímulo da aproximação e do diálogo interdisciplinar entre profissionais da Museologia e da Arqueologia é uma solução para que o potencial informativo das coleções seja otimizado, de forma a ser compartilhado e recebido pela sociedade.

Ballardo e Mendonça (2021, p. 149) identificam a necessidade da comunicação entre as áreas, bem como de suas respectivas práticas e metodologias, uma vez que

A gestão e documentação museológica de coleções arqueológicas devem estar mais relacionadas à elaboração e práxis de sistemas documentais que

⁸ Ver discussão a respeito no artigo publicado em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8650055/17170>.

considerem e tratem dos dados obtidos na pesquisa arqueológica como um todo e suas fontes de informação, em geral, não apenas o material coletado.

Diante do exposto, destaca-se a importância do conteúdo informativo durante a gestão de acervos eficaz que, segundo Padilha (2014), está inter-relacionado com o registro, a preservação e o seu acesso, e conseqüentemente interfere na recepção pelo público da mensagem que os museus desejam emitir. As informações e contextos passíveis de serem extraídos são sistematizados durante os procedimentos de documentação museológica nas instituições que fazem uso desta, que trata do registro das informações do acervo museológico, também aplicada a outras tipologias de acervo, como a arqueológica e etnológica.

Segundo Ferrez (1994, p. 1),

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.

A trajetória do campo da documentação museológica se inicia em 1950 com a criação do Comitê Internacional para Documentação em Museus (CIDOC) do Conselho Internacional de Museus (ICOM), momento em que suas normas e diretrizes são desenvolvidas para garantir a organização e tratamento informacional dos acervos. Até 1990, os estudos concentraram-se na elaboração de terminologias e no controle de vocabulário para fins de organização das coleções (CERAVOLO; TÁLAMO, 2000).

Dessa forma, a documentação museológica pode ser tratada a partir de dois vieses, segundo Padilha (2014), o da documentação dos objetos⁹ e a documentação das práticas administrativas do museu¹⁰, onde a primeira será utilizada como base para abordagem da coleção analisada neste trabalho.

Para Ceravolo e Tálamo (2000, p. 244), "o processamento técnico da documentação de museus divide-se em etapas sucessivas e por vezes

⁹ Refere-se aos dados e o tratamento informacional dos objetos adquiridos pela instituição (PADILHA, 2014).

¹⁰ Trata da documentação produzida pelo museu para fins de organização e recuperação das informações a respeito do seu acervo (PADILHA, 2014).

concomitantes, na dependência do tamanho da instituição e da equipe que ela possui".

Dentre os procedimentos utilizados pela documentação dos objetos no tratamento de acervos, "destaca-se a seleção, a pesquisa, a interpretação, a organização, o armazenamento, a disseminação e a disponibilização da informação" (PADILHA, 2014, p. 35). A partir dessas etapas, é realizada a pesquisa interna, que permite a compreensão, reconhecimento e organização por parte dos profissionais do museu a respeito da diversidade que engloba o acervo em questão.

No que se refere às informações passíveis de serem extraídas dos objetos, segundo Padilha (2014), evidencia-se a função que estes possuíam antes e depois de comporem o acervo, que deve ser registrada, bem como os novos usos e as intervenções - ou não - realizadas e as possíveis deteriorações que podem vir a prejudicar as informações do objeto, que devem ser documentadas.

Em geral, toda e qualquer identificação de transformações/mudanças que englobam as propriedades físicas do objeto, ou seja, as informações intrínsecas, que são mais facilmente identificadas. As extrínsecas, por sua vez, são recuperadas através da pesquisa em fontes que não o objeto, que nem sempre são encontradas e, por este motivo, não registradas.

Portanto, objetiva a "[...] busca, reunião, organização, preservação e disponibilização de todas as informações, sobre quaisquer suportes, que digam respeito a esses mesmos acervos." (BOTTALLO, 2010a: 51 apud PADILHA, 2022, p. 113).

Desse modo, tendo suas informações registradas, os objetos são acondicionados conforme sua tipologia e necessidades referentes ao material em que foram confeccionados/criados ou de natureza, passando, então, a participar do processo de difusão (PADILHA, 2014), responsável pela acessibilidade e recuperação das peças.

Entendendo a documentação museológica como a ponte de conexão entre as fontes de informação, que são os objetos, o público e os profissionais do museu, incentivando uma comunicação que possibilita o compartilhamento de conhecimentos e debates, para que se faça eficiente, necessita que as seguintes etapas sejam cumpridas:

- Ter conhecimento, clareza e exatidão sobre o acervo;

- Descrever as características informacionais intrínsecas e extrínsecas dos objetos;
- Designar um número de registro ao objeto, para a identificação rápida e precisa;
- Garantir a segurança do acervo por meio da documentação museológica, contra qualquer interferência externa ou interna ao museu;
- Estruturar os documentos e as fichas produzidas pelo museu, visando a uma padronização mínima entre outras instituições, sem abrir mão das singularidades dos diferentes tipos de museus e acervos;
- Criar um sistema que permita a interoperabilidade institucional entre outros museus (pelo menos entre instituições de mesma tipologia);
- Controlar o vocabulário dos registros de informação utilizados na base de dados, de modo que eles sejam acessíveis (PADILHA, 2014, p. 37).

Destaca-se, ainda, a importância da prática da documentação, uma vez que a lei do Estatuto de Museus, 11.904 de 2009, afirma que "É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários" (BRASIL, 2009, Art. 39).

Da mesma forma, a Portaria nº 196 de 18 de maio de 2016

Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel (IPHAN, 2016).

Além disso, anexo II da Portaria diz respeito à Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel, que reconhece o inventário como "principal ferramenta de gestão e proteção dos bens, visto que possibilita a identificação e o acompanhamento do seu estado de conservação, via escrita e imagem" (IPHAN, 2016).

Em 2017, foi aberta consulta pública para a revisão da portaria, "visando o aprimoramento dos instrumentos de gestão e a participação social" (IPHAN, 2017).

No entanto, vale mencionar que, em primeiro momento, os museus devem fazer uso dos métodos da documentação museológica "preocupados com as necessidades informacionais dos públicos e, por conseguinte, com o acesso e uso das informações, possibilitará meios diversos de produção de conhecimento" (PADILHA, 2022, p. 114).

Nesse contexto, é possível mencionar o uso de repositórios e softwares livres por parte de instituições culturais e de memória durante o processo de gestão e publicação de acervos no ambiente virtual, auxiliando não apenas na democratização do acesso, mas também no gerenciamento da documentação pelos profissionais da área.

Segundo Martins e Martins (2020, p. 44),

A digitalização, a organização e o compartilhamento das coleções na internet faz com que um número muito maior de pessoas tenha acesso às informações geradas, processadas e armazenadas nessas instituições. As consequências desse compartilhamento das informações trazem vantagens dos pontos de vista educacional, cultural e econômico.

Vale destacar que um repositório de referência tem sido utilizado desde o seu lançamento em 2016 é o Tainacan, criado através da parceria entre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) com a Universidade Federal de Goiás (UFG).

Tendo em vista que o material da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos chegou ao museu com inconsistências relacionadas ao tratamento informacional que recebeu pelo GRUPEP e dialogando com o que foi exposto, destinará-se o capítulo a seguir à análise da documentação das peças, bem como a proposta de organização desta dentro da coleção arqueológica do museu na plataforma Tainacan, pensando a sua futura exibição no ambiente virtual.

3.2 Sistemas de Gerenciamento de Acervos Digitais

A discussão sobre a digitalização de acervos e uso de softwares livres por parte de instituições de cultura e memória permeia o cenário nacional desde 2004, com a criação do Programa Cultura Viva por Gilberto Gil durante a sua gestão no Ministério da Cultura (RNP, 2023).

Em 2007, é realizado o Seminário para Conteúdos Digitais na Internet, promovido pelo Comitê Gestor da Internet, que resultou em documento que menciona temas como articulação interinstitucional, padrões de metadados e software livre (RNP, 2023).

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) foi criado através da lei de nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009, mesmo ano da realização do Fórum da Cultura Digital Brasileira em conjunto com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que evidenciou a demanda por políticas nacionais para acervos digitais.

Em 2013 é criado o Programa Acervos em Rede pelo IBRAM, que tinha como objetivo discutir a democratização dos acervos de museus através da digitalização,

além de "instrumentalizar os museus brasileiros com ferramentas digitais sistêmicas, capazes de aperfeiçoar a gestão e a catalogação de seus acervos, permitindo a difusão" (IBRAM, [s.d.]) do patrimônio.

Segundo Ferreira (2021, p. 10), propostas "no sentido de tornar o conteúdo digital de seus acervos acessível ao maior número possível de pessoas" foram criadas através de projetos como *GLAMWiki* e do uso de licenças como o *Creative Commons*. A primeira experiência conhecida com uso do *GLAMWiki* no Brasil foi sediada pelo Museu da Imigração de São Paulo entre 2015 e 2016 (MONTEIRO, 2021).

Dessa forma, em 2016 o Tainacan foi criado pensando na necessidade de criação de repositórios digitais e difusão dos acervos com foco em mídias digitais (IBRAM, s.d.).

Porém, antes da criação do Tainacan, outros softwares livres já atuavam na gestão de repositórios digitais, como o Access do Memory (AtoM), de 2007, Dspace, cujo uso remonta de 2005 (Maia, Coneglian e Shintaku, 2023) e Omeka, de 2008, segundo Martins e Martins (2021).

A necessidade de digitalização de acervos se acentuou diante do cenário em que nos encontramos com a pandemia do COVID-19 em 2020. O consumo da internet e de redes sociais aumentou, uma vez que o mundo se encontrou em quarentena e isolamento. As possibilidades que a internet gera em termos de comunicação entre públicos serviu como ferramenta na disseminação das informações produzidas pelas instituições museológicas, que se encontravam de portas fechadas.

Dessa forma,

A rede torna-se objeto paradigmático e permite construir em torno de suas múltiplas possibilidades de definição novas formas de entender fenômenos sociais e, sobretudo, as práticas sociais e seus efeitos nos novos modos de se produzir cultura (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018, p. 195).

Além disso, vale mencionar a última pesquisa TIC Cultura, realizada pelo Comitê Gestor da Internet de 2021, que aponta que

[...] apesar de 77% dos museus usarem a internet, e 99% deles possuir acervo, apenas 34% disponibiliza acervo digital para o público. Quando esse número é olhado mais de perto, a situação se torna ainda mais desafiadora, com apenas 12% dos museus disponibilizando seus acervos em repositórios

digitais. No que se refere às condições de proteção autoral desses itens, somente 47% se encontram em domínio público (MARTINS e MARTINS, 2021, p. 12).

Ao reconhecer o papel da documentação museológica e da gestão de acervos no processo de musealização da arqueologia, entende-se que tais práticas sofrem transformações e evoluem conforme as demandas da sociedade, culminando na crescente publicação de coleções de museus.

Acredita-se, também, que o processo de inserção de coleções em software livres, bem como a criação de metadados, estimula o diálogo entre profissionais da Arqueologia e da Museologia, possibilitando novas formas de fazer museológico que englobam tanto as informações arqueológicas como museológicas. E o mais importante: disponibiliza as informações para o público, "contribuindo para a funcionalidade dos trabalhos administrativos realizados pelos funcionários do museu" (PADILHA, 2014, p. 63).

Portanto, tendo ciência do cenário apresentado, o MARquE optou por juntar-se ao Tainacan em 2022, uma vez que uma das premissas da sua missão institucional diz respeito à promoção e disseminação do acesso ao conhecimento produzido na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) nos campos da Arqueologia, Etnologia e Museologia (MARQUE, 2016).

A escolha do Tainacan se deu pelo fato de que a plataforma funciona como um repositório digital que, segundo Viana, Márdero Arellano e Shintaku (2005, p. 3 apud MARTINS et al, 2017), "é uma forma de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar material por longos períodos de tempo e prover o acesso apropriado". Ou seja, é um sistema de gerenciamento de acervos digitais voltado para instituições museológicas e de memória (Martins e Martins, 2021).

Além disso, segundo Martins e Martins (2021), o Tainacan é um dos softwares mais utilizados. Possui as vantagens de ser gratuito, não requisitar conhecimento prévio, além da possibilidade de personalização dos metadados conforme as necessidades do acervo e suas tipologias.

No caso do MARquE, o acervo foi dividido em quatro coleções: acervo documental, acervo museológico, bens arqueológicos e sítios arqueológicos. O acervo documental reúne periódicos, livros, relatórios, mapas, croquis e demais documentos, incluindo aqueles que dizem respeito a escavações e trabalhos de campo.

O acervo museológico diz respeito às peças de etnologia, arqueologia e de cultura popular, que reúne desenhos e esculturas, por exemplo. Cada item desta coleção passou pelo processo de musealização.

A coleção de bens arqueológicos, por sua vez, foi criada para abrigar os objetos arqueológicos que não passaram pelo processo de musealização, uma vez que contabilizam, dependendo do sítio que o material provém, aproximadamente de mais de mil itens. Além disso, possuem amostras de sedimento e carvão, tipologias que fogem às comumente usadas como exemplo nas diretrizes de documentação museológica.

O tempo que levaria para musealizar cada item coletado em trabalho de campo torna inviável tal processo, uma vez que as instituições museológicas públicas e, principalmente as universitárias, lidam com a escassez de recursos financeiros e humanos. Portanto, para a coleção de bens arqueológicos, cada caixa em que os materiais são armazenados corresponde a um item.

Por fim, a coleção de sítios arqueológicos foi criada pensando em reunir as informações dos sítios arqueológicos, visto que grande parte do acervo arqueológico do museu provém desses locais.

A digitalização de acervos possibilita a integração entre instituições e a preservação do patrimônio e, dessa forma, proporciona o acesso à informação (Martins, Júnior e Germani, 2018). Por este motivo, o capítulo a seguir será destinado à análise do material da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonas para, em seguida, simular a inserção do acervo no Tainacan, levando em consideração as especificidades dos vestígios arqueológicos e os seus contextos.

4 DIAGNÓSTICO DO ACERVO DO FORTE DE SANTO ANTÔNIO DE RATONES

4.1 Identificação e análise do Acervo no MARquE

A entrada do acervo da Fortaleza de Santo Antônio de Ratones no MARquE passou por diferentes etapas desde 2014. Neste mesmo ano, o Procurador da República em Santa Catarina, Dr. Eduardo Barragan, solicitou à 4ª Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal (4ªCCR) que fossem realizadas vistorias nas Fortalezas Santa Cruz de Anhatomirim e de São José da Ponta Grossa, bem como nas reservas técnicas do MARquE e do Escritório Técnico de Laguna do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tal pedido foi realizado através do Ofício 1241/2014 - GABEBSM.

As vistorias aconteceram entre os dias 28 a 30 de abril de 2014 pela analista de Arqueologia/Perita do Ministério Público Federal, Dra. Sandra Nami Amenomori e pelo arqueólogo técnico do IPHAN/SC, Edenir Perin, com o objetivo de conferir como o acervo das fortificações da Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes estava armazenado nas reservas técnicas do museu, uma vez que havia um processo no Ministério Público Federal sobre os trabalhos de restauração das Fortificações e a realização dos trabalhos de pesquisa arqueológica.

Amenomori faz o Parecer Técnico número 118-14, anexo ao Processo SEI/IPHAN número 01510.001269/2014-20, apresentando as condições das fortalezas, a situação do acervo na reserva técnica do MARquE a importância do material estar armazenado em uma única instituição. Uma das conclusões de seu parecer afirmava que

[...] o material das Fortalezas São José da Ponta Grossa e Nossa Senhora da Conceição está bem acondicionado, com as caixas plásticas padronizadas e todo o material registrado. Mais à frente escreve 'Durante a reunião, às arqueólogas Luciane Scherer, Teresa Fossari e Madalena Velho e a diretora da divisão de museologia do MARquE/UFSC Cristina Castelhana comunicaram o interesse em receber o material das fortalezas localizado no escritório técnico do IPHAN em Laguna. Elas receberam a orientação do arqueólogo Edenir Perin e do procurador federal Nelson Lacerda Soares do IPHAN/SC, para que encaminhassem à Superintendente do IPHAN/SC um ofício solicitando a cessão desse material. Os presentes acordaram quanto à pertinência da solicitação para unificação do material das fortalezas em uma única reserva técnica'. (Processo SEI/IPHAN 01510.001269/2014-20)

Após a vistoria, o MARquE encaminha o ofício número 08/2014-MARquE/UFSC ao IPHAN/SC, solicitando a transferência desse material para o museu, conforme sugerido pela analista de arqueologia e perita do Ministério Público Federal. Em resposta, a superintendente do IPHAN/SC, Liliane Janine Nizzola, emitiu o Ofício de número 0710/2014-IPHAN-SC, concordando com a transferência do acervo para o MARquE.

A transferência efetivamente só ocorreu no final de 2021 quando a arqueóloga técnica do IPHAN/SC, Ágatha Ludwig, trouxe o acervo de Laguna para Florianópolis com carro oficial da instituição.

A partir de janeiro de 2022, os arqueólogos do MARquE iniciaram o reacondicionamento dos materiais, uma vez que os mesmos não se encontravam acondicionados em caixas padrão utilizadas pelo museu. Dessa forma, o material ósseo humano foi transferido para caixas poliondas e os demais para caixas modelo 1012, com camadas de ethafoam de 1cm entre as peças e/ou fragmentos de peças, levando em consideração o peso e tamanho de cada tipologia de material. Além disso, parte do acervo estava apenas envolvido em plástico bolha e/ou em embalagens fechadas com fita durex, portanto, deveriam ser reacondicionados de forma apropriada. Foi neste momento que os arqueólogos constataram problemas referentes à numeração de boa parte do acervo da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés. A partir dessa constatação todo o material deveria passar por revisão.

Como mencionado, os arqueólogos do MARquE observaram problemas na numeração do material da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés. Para compreender a metodologia utilizada para o tratamento do material da Fortaleza de Ratonés utilizou-se como base o Relatório Final produzido pelo Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (GRUPEP), sob coordenação da arqueóloga Deisi Scunderlick Eloy de Farias (GRUPEP, 2012), que faz parte do Processo SEI IPHAN de nº 01510.000429/2009-56.

É explicitado, em primeiro momento, que o trabalho de organização e tratamento do acervo foi realizado através de uma licitação, a qual ganharam por terem estipulado o menor orçamento para a execução dos trabalhos no Laboratório de Estudos e Pesquisas (LEP) Escritório Técnico (ETEC) do IPHAN de Laguna, em Santa Catarina.

O material diz respeito a "uma grande quantidade de materiais arqueológicos, resultantes de diversas coletas e algumas pesquisas realizadas no Estado de Santa

Catarina, tanto por arqueólogos do IPHAN quanto por outros arqueólogos sem vínculo institucional" (GRUPEP, 2012, p. 19).

Portanto, o trabalho realizado refere-se à higienização, catalogação, análise e melhor acondicionamento desses materiais. O relatório menciona que o cronograma proposto pelo IPHAN não pôde ser seguido, uma vez que estipulava que 50% do material fosse catalogado, porém o prédio do LEP estava em obras e impossibilitou a conclusão da tarefa.

Foram contabilizados 33 sítios arqueológicos com material para análise, entre outros sem procedência. Referente à Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés, consta que os vestígios foram coletados por Rossano Bastos e Edna Morley em 1990, cujo tipo de material aparece como "histórico"¹¹. A metodologia para a realização da análise consistiu em:

- a) Separar os vestígios arqueológicos por sítios;
- b) Separar os tipos de acervo de cada sítio;
- c) Higienizar e catalogar as peças do acervo;
- d) Analisar os materiais de acordo com seu tipo (GRUPEP, 2012, p. 28).

No decorrer do relatório, é explicada a forma como analisaram cada tipologia de vestígio arqueológico, como tipo de queima, as partes (base, parede e borda) e o tipo de decoração das peças de cerâmica, por exemplo, para sítios pré-coloniais. Quanto aos históricos, os materiais citados são o vítreo, o cerâmico, o metálico e fauna, que foram analisados conforme as tipologias.

Referente ao material da Fortaleza, é dito que

A descrição do sítio arqueológico histórico Forte Santo Antônio de Ratonés que está contida em sua ficha junto à base de dados do IPHAN é a de um conjunto de edificações do século XVIII, que formam a fortaleza que foi construída em 1740. Este estudo foi realizado no ano de 1997 pelo arqueólogo, técnico do IPHAN, Rossano Lopes Bastos. O material coletado no sítio é de tipo cerâmico, metal e vítreo (GRUPEP, 2012, p. 213).

O acervo conta com 3.582 fragmentos de cerâmica, 726 peças de material metálico e 2.175 de material vítreo. A análise de cerâmica se dividiu pelas cores, tipo de peça (prato, pires, etc), tipo de material (faiança, porcelana, etc), por tamanho, espessura, entre outros aspectos. O material metálico foi analisado pelo tipo da peça

¹¹ Segundo a Tabela 2: "Lista de sítios arqueológicos e seus vestígios, armazenados no LEP/Laguna" do relatório (GRUPEP, 2012, p. 21).

(prego, cravo), enquanto que o vítreo "através de identificação da peça, forma do recipiente, da cor e do estado de conservação" (GRUPEP, 2012, p. 222).

Vale destacar que o relatório não menciona a numeração realizada por André Torres de Souza e Francesco Palermo Neto nas peças, também não descreve os métodos utilizados para a raspagem da numeração antiga e sobreposição de uma nova criada pela equipe. Outra questão não apontada é a presença de ossos de fauna no acervo, que foi identificada quando o material foi recebido pelo MARquE em 2021.

Portanto, concluem ao dizer que

Os materiais do sítio Forte Santo Antônio de Ratoles estão sendo separados por tipos de objetos. Conseguimos concluir aproximadamente, 30% das atividades previstas para este sítio. As próximas etapas consistem em higienização, catalogação e análise (GRUPEP, 2012, p. 250).

A omissão de tais informações no escopo do relatório possivelmente se deu por falta de tempo, visto a quantidade dos materiais presentes a serem analisados em seu todo. Porém, o fato da numeração presente ter sido raspada e sobreposta por outra criada pela equipe impede a compreensão do contexto das peças, e a perda desses dados é praticamente irreversível, prejudicando seu posterior uso dentro do museu.

Portanto, a partir da entrada no MARquE, foi identificado inicialmente que

[...] nas etiquetas não constava informações sobre seu contexto arqueológico, apenas indicavam o nome do sítio arqueológico, o ano da pesquisa e os arqueólogos responsáveis pela mesma. Além disso, a metodologia de acondicionamento não seguia as normas estabelecidas pelo MARquE (MARQUE, 2022, n.p).

A partir do reacondicionamento no museu, foi verificado a sobreposição da numeração antiga por meio da aplicação de tinta nanquim branca como base para marcação da sigla FLN 112, referente ao sítio Forte de Santo Antônio de Ratoles segundo o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA)¹² do IPHAN. Abaixo da sigla e, também em nanquim preto o número da peça estipulado em laboratório. Os fragmentos de cerâmica e vidro, em maior parte, tiveram sua numeração sobreposta e/ou raspada.

¹² CNSA SC00388. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?13129. Acesso em 27 nov. 2023.

De 3.567 fragmentos de cerâmicas contabilizados pelo MARquE,

[...] 1.480 (41%) possuem numeração sobreposta; 131 (4%) possuem numeração raspada; 93 (3%) possuem numeração coberta por camada de nanquim branco; 1.863 (52%) possuem apenas numeração do GRUPEP [...] (MARQUE, 2022, n.p.).

No fragmento abaixo (figura 19), é possível identificar que uma camada de nanquim branca foi aplicada de forma a esconder a numeração de Vianna para a aplicação de uma nova estipulada pelo GRUPEP em laboratório. Nesta peça, é identificado os dois últimos dígitos da numeração original, "35", que corresponde ao número de registro dado por Souza e Neto. O restante do contexto encontra-se perdido.

Figura 19 - Fragmento de cerâmica com a numeração sobreposta



Foto: Bruno Labrador

No fragmento a seguir (figuras 20 e 21), nota-se a aplicação de algum material para cobrir a numeração original, perceptível através dos resquícios de tinta preta nos cantos. Já na outra superfície do mesmo fragmento, o número GRUPEP foi aplicado.

Figura 20 - Fragmento de cerâmica com a numeração sobreposta



Foto: Bruno Labrador

Figura 21 - O mesmo fragmento de cerâmica visto de outro ângulo

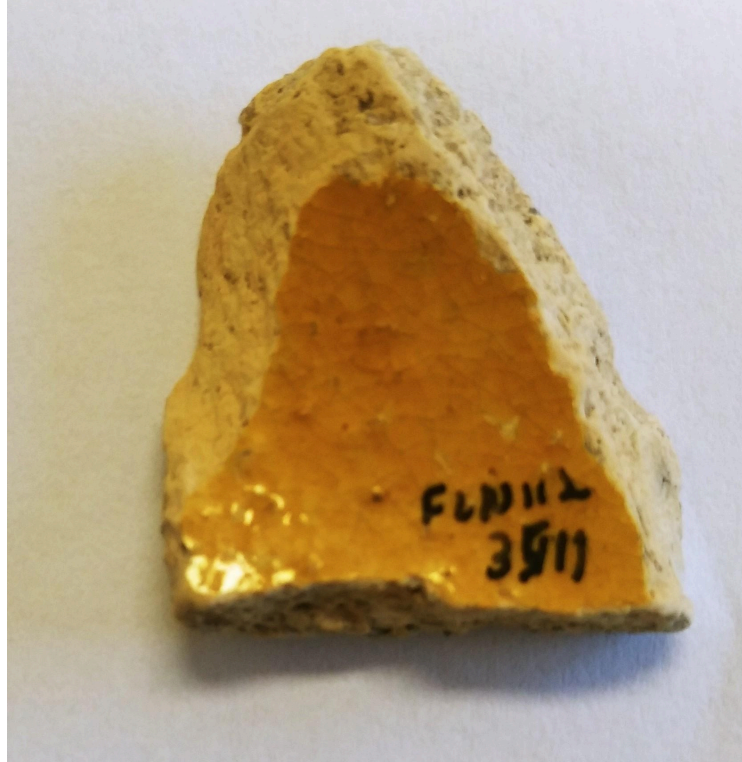


Foto: Bruno Labrador

No fragmento abaixo (figuras 22 e 23), é possível perceber a raspagem da numeração. É nítida a presença de tinta preta mas também partes em que esta se encontra "descascada", indicando o uso de alguma ferramenta para apagar a numeração. Além disso, está ilegível. Possivelmente, o GRUPEP iria colocar a sua

numeração naquele espaço, como o exemplo da figura 19, mas por algum motivo optou por utilizar a outra superfície do fragmento.

Figura 22 - Fragmento de cerâmica com a numeração raspada



Foto: Bruno Labrador

Figura 23 - O mesmo fragmento de cerâmica de outro ângulo



Foto: Bruno Labrador

É possível notar nos três fragmentos acima (figuras 19, 20 e 21, 22 e 23) que o dígito 5 foi rasurado, podendo indicar que houve alguma mudança na elaboração ou erro na aplicação da numeração GRUPEP durante as atividades de catalogação.

No material vítreo abaixo (figuras 24 e 25), identifica-se a numeração original raspada, uma vez que se encontra presente no início e depois some, como se tivesse

descascado. Ao final, os últimos dígitos aparentam ser "33". Acima da tinta nanquim aplicada, segue o número GRUPEP FLN112-890.

Figura 24 - Vidro com numeração raspada e sobreposta



Foto: Luciane Zanenga Scherer

Figura 25 - O mesmo vidro visto de outro ângulo com tinta nanquim raspada



Foto: Luciane Zanenga Scherer

Em outro ângulo da peça (figura 26), verifica-se que tinta nanquim foi aplicada e depois raspada. Talvez o número GRUPEP fosse ser aplicado naquele local, ao invés de sobreposto à numeração original raspada. De qualquer forma, a raspagem impediu a identificação do contexto da peça.

Figura 26 - O mesmo vidro visto de outro ângulo com tinta nanquim raspada



Foto: Luciane Zanenga Scherer

No fragmento abaixo (figura 27), é possível identificar alguns dígitos da numeração original apesar da sobreposição, sendo a primeira a letra "S" e, ao final, dois zeros. Podemos perceber a partir do primeiro dígito que o fragmento foi identificado na cozinha da fortificação. Ainda sim, teve seu contexto prejudicado.

Figura 27 - Fragmento de cerâmica com a numeração sobreposta



Foto: Bruno Labrador

O material a seguir (figura 28) foi um dos que a numeração original se encontrou mais visível. Podemos identificar a letra S e, em seguida, os números 00. A letra a seguir se assemelha à letra C, enquanto a próxima parece G. Por último, o número de registro 12. De acordo com o exposto por Souza e Neto (1991), esta peça foi identificada na superfície da cozinha. Não é possível garantir o contexto restante, uma vez que não se tem certeza dos demais dígitos.

Figura 28 - Cerâmica com a numeração sobreposta

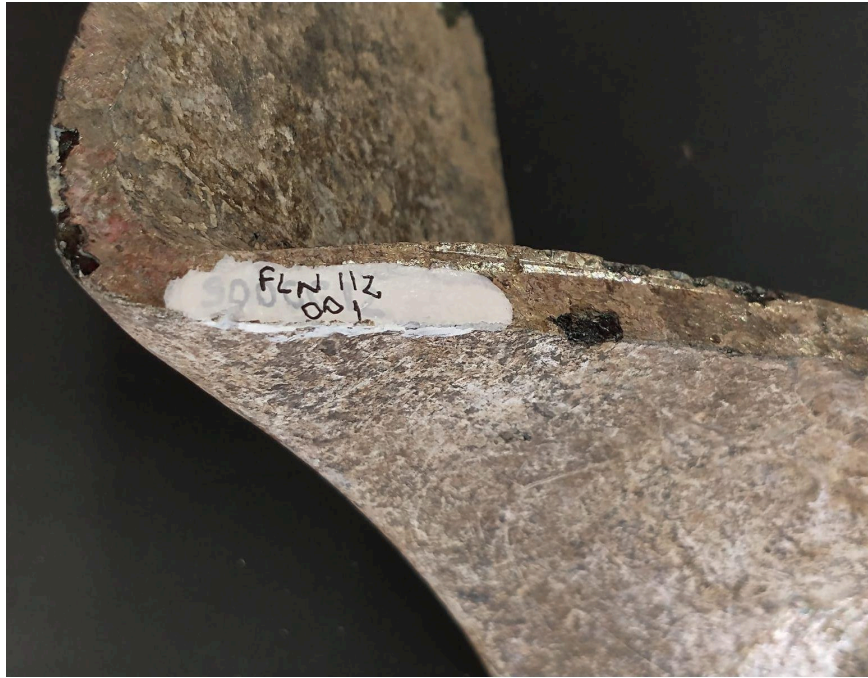


Foto: Luciane Zanenga Scherer

Os ossos de fauna não foram renumerados, o que permitiu a visualização completa da numeração original de acordo com a metodologia de Hélio Vianna e, conseqüentemente, o seu contexto. Utilizou-se do osso de fauna a seguir (figura 29) como referência para recuperar as informações da peça.

Figura 29 - Osso de fauna com numeração original

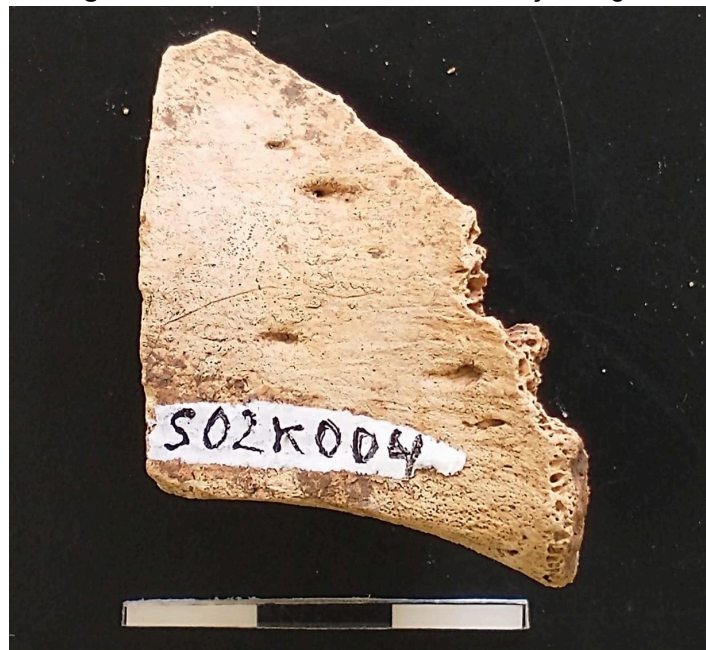


Foto: Luciane Zanenga Scherer

Dessa forma, as informações a seguir foram recuperadas através da análise da numeração da peça acima (figura 29):

Tabela 1 - Contextualização da peça S02KO04

Numeração da peça: S02KO04 (figura 29)	Contextualização segundo a metodologia de Hélio Vianna
S = área	Cozinha
02 = quadrícula	Quadrícula 02
K = profundidade	90-100 cm
O = matéria-prima/tipologia	Osso animal
04 = número do fragmento de acordo com a sua tipologia	Quarto osso de animal evidenciado na área da cozinha

Fonte: Autoria própria.

Diante do exposto, cabe ressaltar o viés da documentação no tratamento de acervos de museus, uma vez que correspondem a um patrimônio, como é o caso da Fortaleza de Ratoões, patrimônio histórico nacional tombado desde 1938. O tratamento informacional que os objetos recebem afeta a sua trajetória dentro da instituição, desde o momento da catalogação até a exposição.

O fato de não ser mencionado no relatório que os materiais possuem uma numeração, nem o ato de raspar e sobrepor, corresponde a uma metodologia inadequada para a documentação museológica. Sabe-se que tais procedimentos não foram realizados por uma instituição museológica, porém é de extrema importância frisar que não se deve

[...] nunca pôr fora de circulação qualquer que seja a informação ou o documento antigo: livro tombo, fichas de catalogação, numeração antiga dos objetos, além de anotações de ex-colegas relacionadas ao acervo que porventura não trabalhe mais na instituição (PADILHA, 2014, p. 37).

O não cumprimento dessas etapas prejudica a recuperação da informação dos objetos dentro do museu, uma vez que a numeração corresponde a identificação da peça e que

[...] estão relacionados não apenas às informações, mas também ao conhecimento gerado a partir de pesquisas que fundamentam o processo de

comunicação museológica, que por sua vez alimenta o desenvolvimento de novas investigações (CÂNDIDO, 2002 apud BALLARDO, 2022, p. 87).

Levando em consideração que os objetos museológicos passam pelo processo de musealização ao adentrarem a instituição e por etapas de pesquisa, catalogação, etc, cabe lembrar que vestígios arqueológicos sofrem esse processo antes de chegarem aos museus, uma vez que seus contextos e conexões são estabelecidos pelos profissionais em trabalho de campo (Ballardo, 2022).

Além disso, a documentação museológica deve utilizar da documentação arqueológica, dos artefatos e dos sítios arqueológicos como suporte de informação no processo de musealização de objetos arqueológicos dentro do museu (BALLARDO e MENDONÇA, 2018).

Portanto, a ausência e apagamento de uma numeração corresponde à negligência de um contexto presente no acervo que vai para além da pesquisa dentro do museu, mas que também interfere no processo de comunicação do acervo com o público.

Porém, apesar do contexto da maioria das peças ter sido prejudicado, algumas permitem a leitura da numeração original e possibilitam a recuperação das informações. Dessa forma, o capítulo se estende com a inserção desses materiais no Tainacan para que, além de que seu contexto esteja compreensível para os profissionais do museu, possam ser acessados pelo público.

4.2 Inserção do material no Tainacan

A simulação do material no Tainacan é proposta ao entender a importância da digitalização de acervos na preservação das informações tanto para a gestão do museu, quanto para o público. Acredita-se, também, que servirá como um primeiro degrau para que a Fortaleza de Santo Antônio de Ratoles e demais fortificações cujos materiais se encontram no MARquE estejam disponíveis para acesso público.

Dessa forma, será utilizado como base os metadados e suas configurações no Tainacan, bem como o manual de preenchimento criado para a inserção do acervo na plataforma. Primeiramente, serão expostos os metadados da coleção de Sítios Arqueológicos (figura 30) para comparar os metadados com a situação do sítio da Fortaleza.

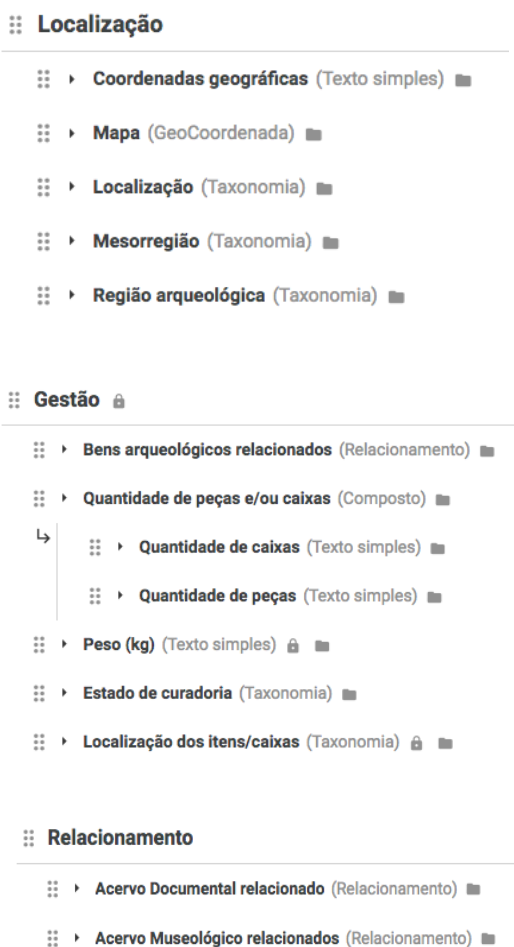
Os metadados da coleção foram divididos em quatro seções¹³: dados principais a respeito do sítio, localização do sítio no Estado de Santa Catarina, gestão e relacionamento. A seção de gestão não é acessível ao público, funcionando como ferramenta de controle de demais informações a respeito do sítio, que não agregam à experiência do acesso. A seção de relacionamento serve para conectar documentos e outros itens museológicos com o sítio. Tal divisão também auxilia na visualização do acervo no site.

Figura 30 - Metadados da Coleção Sítios Arqueológicos no Tainacan

- Dados principais** * (Seção padrão)
-
- ☰ ▶ **Número de registro** (Texto simples) ■
 - ☰ ▶ **Outros números e siglas** (Texto simples) ■
 - ☰ ▶ **Nome do sítio** (Título principal) ■
 - ☰ ▶ **Outros nomes e designações (nomes conhecidos)** (Texto simples) ■
 - ☰ ▶ **Palavras-chave** (Taxonomia) ■
 - ☰ ▶ **Projetos relacionados** (Taxonomia) ■
 - ☰ ▶ **Pesquisadores relacionados** (Taxonomia) ■
 - ☰ ▶ **Processos SEI IPHAN** (Texto simples) ■

 - ☰ ▶ **Resumo descritivo** (Descrição principal) ■
 - ☰ ▶ **Atribuição cultural** (Taxonomia) ■
 - ☰ ▶ **Datações** (Texto simples) ■
 - ☰ ▶ **Tipologia dos materiais** (Taxonomia) ■
 - ☰ ▶ **Tipo de sítio** (Taxonomia) ■
 - ☰ ▶ **Referências bibliográficas** (Texto longo) ■
 - ☰ ▶ **Observações** (Texto longo) 🔒 ■
 - ☰ ▶ **Mídias relacionadas** (Texto longo) ■
 - ☰ ▶ **Condições de reprodução** (Taxonomia) ■

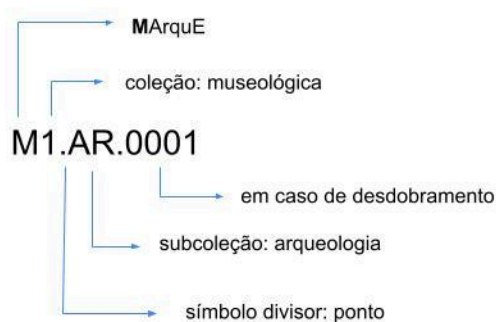
¹³ Elaborado pelo museólogo Elias Palminor Machado em conjunto com a equipe do MARquE.



Fonte: Tainacan, MARquE. 2023.

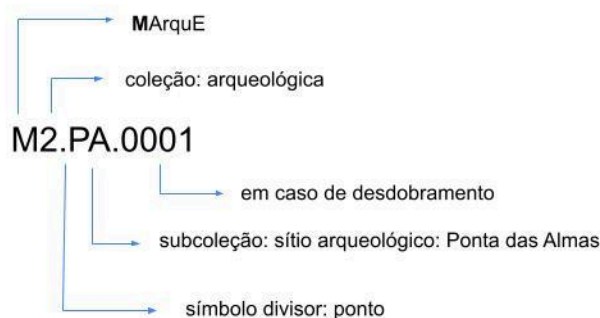
Aplicando os metadados à fortificação, o primeiro a ser preenchido é o **número de registro**. O museu optou pelo uso de numeração alfanumérica e tripartida, estabelecendo uma para a coleção museológica e outra para a coleção arqueológica, como podemos ver nas figuras 31 e 32:

Figura 31 - Número de registro da coleção museológica do MARquE



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Figura 32 - Número de registro da coleção arqueológica do MARquE



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No manual de preenchimento, estipula-se apenas duas siglas para definir a subcoleção. Dessa forma, pensou-se o **número de registro** para esse sítio como M2.RA. A escolha para o uso das letras RA para o sítio se deu pelo fato de ser um nome extenso e difícil de abreviar. Porém, a fortificação é comumente conhecida e chamada de Ratonés, tornando-se um nome mais indicativo.

O metadado **outros números e siglas** diz respeito aos números associados ao sítio arqueológico. Pode ser encontrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN que, no caso de Ratonés, é FLN112, ou em trabalhos de arqueólogos. No trabalho de Anamaria Beck (2007), por exemplo, a sigla para o sambaqui de Ponta das Almas aparece como SC LC 17, enquanto que no CNSA é FLN022.

O manual de preenchimento criado para inserir as informações de forma padronizada no Tainacan estipula que para o nome do sítio seja utilizado o mais antigo. Dessa forma, o metadado **nome do sítio** seria preenchido com Forte Santo Antônio de Ratonés, uma vez que tal denominação aparece nos relatórios de Souza e Neto (1991), de Vianna (1994) e também no CNSA do IPHAN.

O campo **Outros nomes e designações** seria preenchido com Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés, que costuma a aparecer em publicações e sites.

As **palavras-chaves**, de acordo com o manual, devem ser sucintas, de forma a evitar a repetição dos termos. Optou-se, porém, pelo não preenchimento deste metadado, visto que os outros sítios cadastrados do MARquE não possuem este campo preenchido.

No metadado **Projetos relacionados**, será incluído o Projeto Fortalezas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), realizado entre 1988 e 1992, período de escavação e coleta dos materiais que foram analisados nesta pesquisa.

Nesse sentido, em **Pesquisadores relacionados** podemos citar Hélio Vianna, Marcos André Torres de Souza e Francesco Palermo Neto, Edna June Morley e Rossano Lopes Bastos.

O metadado de **Processos SEI/IPHAN** não será preenchido, uma vez que os outros dois sítios cadastrados no Tainacan não tiveram essa informação incluída.

Quanto ao **resumo descritivo**, pensou-se da seguinte forma: Sítio arqueológico histórico situado na baía norte da ilha de Santa Catarina, Florianópolis. A Fortaleza foi construída em 1739 pelo brigadeiro José da Silva Paes e representa um sistema de defesa de Portugal contra a Espanha, uma vez que disputavam territórios no sul do Brasil. Tombado como patrimônio histórico cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) desde 1938 e está sob guarda da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 1979.

O metadado de **atribuição cultural** se refere principalmente à ocupação e presença de povos originários no sítio e, por se tratar de um sítio histórico, este metadado não será preenchido.

Quanto às datações, será preenchido com "século XVIII a XIX", já que a fortificação data de 1739 e a sua ocupação remonta até meados de século XIX com o funcionamento da Fortaleza como lazareto (Tonera, 2015). Além disso, "Durante a Revolução Federalista e Revolta da Armada (1893/94), foi ocupada e artilhada pelos rebeldes com armamentos mais modernos: um canhão Whitworth desse período, de alma sextavada, permanece ainda hoje protegendo o porto da fortaleza" (TONERA, 2015, p. 52).

O metadado **tipologia dos materiais** será encontrado com os termos já cadastrados no sistema: metal, vidro, cerâmica e fauna. Já o tipo de sítio será preenchido como fortificação, categoria dentro de sítio histórico. Porém, deve-se levar em consideração que o termo "fortificação" é utilizado pelo CNSA, mas pode possuir influência nas terminologias estipuladas devido à presença de arquitetos no IPHAN.

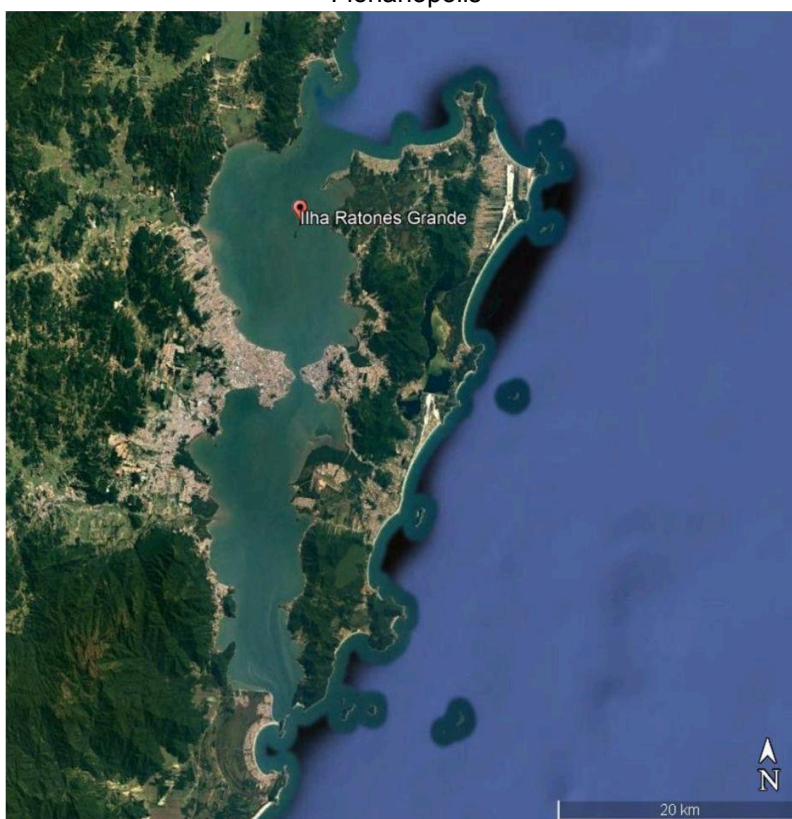
Nas referências bibliográficas, seriam incluídos os relatórios de Vianna (1994), Souza e Neto (1991), bem como os trabalhos de Roberto Tonera, entre outros estudiosos das fortificações do Estado de Santa Catarina.

As **observações** seriam destinadas à informações que vão além dos metadados presentes. Não se faz necessário o preenchimento deste campo no momento.

Os últimos metadados dos dados principais, **médias relacionadas** e **condições de reprodução** não serão preenchidos pelo fato do museu não possuir médias relacionadas à Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés.

Passando para a seção de localização, o primeiro metadado a ser preenchido é o das **coordenadas geográficas** do sítio. No caso da Fortaleza, se encontra na coordenada 27° 28' 24" S 048° 33' 44" W. Podemos ver abaixo a localização da ilha no mapa (figura 33):

Figura 33 - Ilha de Ratonés Grande, localizada estrategicamente na entrada da baía Norte de Florianópolis



Fonte:

<https://earth.google.com/web/search/ilha+de+ratonés+grande/@-27.47629255,-48.563561,8.77719913a,3916.22846527d,35y,0h,0t,0r/data=CigiJgokCUB94Ab1fjdAETt94Ab1fjAGXfcmWMYH0dAIXagCE379U3AOgMKATA>, 2023.

O metadado **Localização** é configurado como taxonomia, ou seja, uma hierarquia de termos. Dessa forma, seguindo a ordem, fica da seguinte forma: América do Sul > Brasil > Santa Catarina > Florianópolis. Já no metadado "mesorregião", encontra-se na Grande Florianópolis. O último metadado desta seção refere-se à região arqueológica do sítio que, dentro das opções já criadas no Taincan, se configura no Litoral de Florianópolis.

A seção de gestão não será incluída nesta simulação, uma vez que exige a inserção dos bens arqueológicos quantificados e pesados. Da mesma forma, a seção de relacionamento não será preenchida, pois necessitaria da inserção de documentos e itens museológicos relacionados ao sítio, que o MARquE não possui.

Vale mencionar que o sítio Forte Santo Antônio de Ratoles está publicado de forma privada, ou seja, é possível a visualização do item no site mas apenas para quem tem acesso ao site do museu no Tainacan e que está logado no sistema.

Portanto, a coleção de Sítios Arqueológicos se encontraria dessa forma:

Figura 34 - Visualização da Coleção Sítios Arqueológicos no site do museu



Fonte:

<https://museu.acervos.ufsc.br/sitios-arqueologicos/?order=ASC&orderby=date&view_mode=cards&per_page=12&paged=1&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta>.

Figura 35 - Visualização dos sítios arqueológicos no site

Filtros

→ Recolher todos

Nome do sítio

Adicione metadados para fil...

Número de registro

Adicione metadados para fil...

Mesorregião

Santa Catarina (3)

Ver todos


Região arqueológica

Adicione termos para filtrar...

Projetos relacionados


Adicione termos para filtrar...

Sambaqui de Ponta das Almas



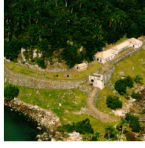
O sambaqui Ponta das Almas é um sítio arqueológico conchífero situado nas imediações do distrito da Lagoa da Conceição, em Florianópolis. Foi escavado durante a década de 1960 por Walter Piazza (1962 a 1965) e Wesley Hurt (1966), tendo sido encontrado abundante material malacológico, lítico, ossos de fauna e

Sambaqui do Rio Lessa



Sítio conchífero situado na área urbana de Florianópolis, que compõe a baía norte da ilha, e assentado em parte sobre o cristalino e sobre o sedimento que forma a ponta do Lessa. Foi escavado em 1969, tendo sido encontrado parcialmente destruído devido à urbanização da área e fabricação de cal. Está em desaparecimento por con...

Forte Santo Antônio de Ratonés



Sítio arqueológico histórico situado na baía norte da ilha de Santa Catarina, Florianópolis. A Fortaleza foi construída em 1739 pelo brigadeiro José da Silva Paes e representa um sistema de defesa de Portugal contra a Espanha, uma vez que disputavam territórios no sul do Brasil. Tombado como patrimônio histórico cultural

Exibindo itens 1 a 3 de 3. Itens por Página: 12 Ir para página: 1

Fonte:

<https://museu.acervos.ufsc.br/sitios-arqueologicos/?order=ASC&orderby=date&view_mode=cards&perpage=12&paged=1&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta=>.

Na figura a seguir, a visualização do sítio, seus metadados e informações. Em seguida, a relação do sítio com os bens arqueológicos que serão expostos no decorrer do capítulo:

Figura 36 - Visualização do sítio Forte Santo Antônio de Ratonés

Forte Santo Antônio de Ratonés


Voltar

28 de novembro de 2023 por Fabiana Paulucci - Editar este item

Dados principais

Localização

Miniatura



Compartilhar

[f](#) [t](#) [cd](#)

Número de registro

M2.RA

Outros números e siglas

FLN 112

Outros nomes e designações (nomes conhecidos)

Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés

Projetos relacionados

Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina - 250 Anos da História Brasileira

Pesquisadores relacionados

Edna June Morley | Francesco Palermo Neto | Hélio Vianna | Marcos André Torres de Souza | Rossano Lopes Bastos

Resumo descritivo

Sítio arqueológico histórico situado na baía norte da ilha de Santa Catarina, Florianópolis. A Fortaleza foi construída em 1739 pelo brigadeiro José da Silva Paes e representa um sistema de defesa de Portugal contra a Espanha, uma vez que disputavam territórios no sul do Brasil. Tombado como patrimônio histórico cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) desde 1938 e está sob guarda da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 1979.

Datações

Século XVIII a XX

Tipologia dos materiais

cerâmica | fauna | metal | vidro

Tipo de sítio

Fortificação

Referências bibliográficas

TONERA, R. As fortificações no Sul do Brasil e a sua documentação no Banco de Dados internacional sobre Fortificações: www.fortalezas.org. Arqueologia das fortificações: perspectivas / organização: Fernanda Codevilla Soares – Florianópolis : Lagoa, 2015. 232 p.

SOUZA, M. A. T.; NETO, F. P. Relatório sobre a lavagem, triagem e classificação do material do Forte Santo Antônio de Ratonés - SC, 1991.

CABRAL, Oswaldo R. As defesas da ilha de Santa Catarina no Brasil-colônia. Conselho Federal de Cultura, 1972. Disponível em: https://issuu.com/lilas_editora/docs/fac_simile_as_defesa_s_da_ilha_de_sta_catarina.

VIANNA, Hélio. Forte Santo Antônio de Ratonés: Relatório Final, 1994. Rio de Janeiro. 108p

Fonte:

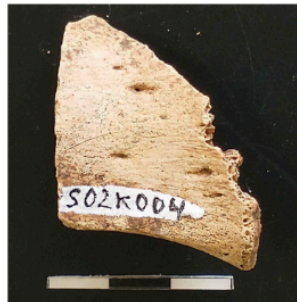
<https://museu.acervos.ufsc.br/sitios-arqueologicos/forte-santo-antonio-de-ratonés-2/?order=ASC&orderby=date&perpage=12&pos=2&source_list=collection&ref=%2Fsitios-arqueologicos%2F>.

Figura 37 - Item/caixa relacionado ao sítio Forte Santo Antônio de Ratonés

Itens "relacionados a este"

Bens Arqueológicos

Sítio Arqueológico relacionado



Caixa M2.RA.0001

Fonte:

https://museu.acervos.ufsc.br/sitios-arqueologicos/forte-santo-antonio-de-ratonés-2/?order=ASC&orderby=date&perpage=12&pos=2&source_list=collection&ref=%2Fsitios-arqueologicos%2F.

Partindo para a inserção do material no Tainacan, foram escolhidos os fragmentos apresentados na análise acima, abrangendo as tipologias que foram numeradas, que não é o caso do material metálico. Portanto, os metadados para a coleção de bens arqueológicos podem ser visualizados abaixo (figura 38):

Figura 38 - Metadados da Coleção Bens Arqueológicos no Tainacan

- ☰ **Metadados** * (Seção padrão)

- ☰ ▶ **Número de registro** (Texto simples) ■
- ☰ ▶ **Título** (Título principal) ■
- ☰ ▶ **Denominação** (Taxonomia) ■
- ☰ ▶ **Sítio Arqueológico relacionado** (Relacionamento) ■
- ☰ ▶ **Tipologia dos materiais** (Taxonomia) ■
- ☰ ▶ **Quantidade de itens por tipologia** (Composto) ■
 - ↳ ☰ ▶ **Tipologia/Quantidade** (Texto simples) ■
- ☰ ▶ **Numeração dos materiais** (Texto longo) 🔒 ■
- ☰ ▶ **Dimensões** (Composto) ■
 - ↳ ☰ ▶ **Altura (cm)** (Texto simples) ■
 - ☰ ▶ **Largura (cm)** (Texto simples) ■
 - ☰ ▶ **Comprimento (cm)** (Texto simples) ■
 - ☰ ▶ **Diâmetro (cm)** (Texto simples) ■
 - ☰ ▶ **Circunferência (cm)** (Texto simples) ■
 - ☰ ▶ **Peso (kg)** (Texto simples) ■
- ☰ ▶ **Data de entrada** (Texto simples) ■
- ☰ ▶ **Localização atual** (Taxonomia) ■
- ☰ ▶ **Localização usual** (Taxonomia) ■
- ☰ ▶ **Texto para etiqueta** (Descrição principal) ■
- ☰ ▶ **Observações** (Texto longo) ■

Fonte: Tainacan, Marque.

Os bens arqueológicos correspondem a um item com materiais acondicionados em caixas 1012 que recebem um número de registro. Dessa forma, seria criado um item de número M2.RA.0001, onde os quatro últimos dígitos correspondem ao número de identificação do material a partir do desdobramento, como mostra as figuras 31 e 32.

O título dos itens dos bens arqueológicos deve ser preenchido com a caixa mais o número de registro. Portanto, Caixa M2.RA.0001. A denominação pode ser caixa ou item arqueológico que, no caso do material da Fortaleza, é caixa.

No metadado **sítios relacionados**, seria selecionado o Forte Santo Antônio de Ratonés. O metadado a seguir corresponde à **tipologia dos materiais**. Como não foram analisados objetos de metal por estarem enferrujados e não possibilitarem numeração, não foi analisado neste trabalho e, por isso, não entrará nesse campo. Portanto, encontram-se as tipologias cerâmica, vidro e fauna.

Existe, ainda, o metadado de **quantidade por tipologia**. Dessa forma, a caixa M2.SAR.0001 contém 05 peças de cerâmica, 01 de vidro e 01 de fauna. A seção possui o metadado **numeração dos materiais** que, durante o preenchimento dos bens arqueológicos de outros sítios, foi dividida conforme pesquisadores, uma vez que costumam adorar numerações diferentes.

Dessa forma, os números seriam identificados por pesquisadores que, neste caso, Souza e Neto e o GRUPEP. Do GRUPEP, os números são FLN112-001, FLN112-890, FLN112-3510, FLN112-3511, FLN112-3512, FLN112-3516. Das peças nessa caixa, encontra-se apenas uma peça cuja numeração é passível de leitura, que é o osso de fauna. Então, de Souza e Neto, o número S02KO04.

As **dimensões** se referem às da caixa 1012, onde é levado em consideração para o preenchimento desse metadado as medidas externas. Portanto, tem 14,5 cm de altura, 34 cm de largura e 42,5 cm de comprimento. **Diâmetro e circunferência** são específicos para itens isolados e, por isso, não serão preenchidos. O metadado de **peso** também não será explorado pela falta de tempo para procurar os materiais nas caixas e pesá-los, inclusive pelo fato de ser uma simulação com poucas peças, tornando a caixa leve e com muito espaço sobrando.

A **data de entrada** corresponde ao recebimento do acervo pelo museu, que foi em 28 de outubro de 2021. De acordo com o manual, ficaria da seguinte forma: 28/10/2021.

Os materiais da Fortaleza se encontram na Reserva Técnica II, considerando a sua tipologia e coleção. Estão acondicionados em caixas fora do padrão do MARquE, mas pretende-se fazer a alteração assim que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) solicitado ao IPHAN sair. Nas figuras abaixo podemos ver disposição das caixas nos armários deslizantes da reserva:

Figura 39 - Acervo da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos na Reserva Técnica II do MARquE



Fonte: Autoria própria.
Acervo: MARquE/UFSC

Figura 40 - Acervo da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos na Reserva Técnica II do MARquE



Fonte: Autoria própria.
Acervo: MARquE/UFSC

A localização da caixa na simulação se refere à numeração dos módulos e reserva e das prateleiras da Reserva II para a inserção na plataforma. Dessa forma, os metadados de **localização atual** e **localização usual**, ambos configurados como taxonomia, serão preenchidos da seguinte forma: MARquE > Reserva Técnica 02 > Armário A > Módulo N > Prateleira 2.

O metadado **texto para etiqueta** refere-se ao número da caixa mais o nome do pesquisador. Nesse caso, M2.RA.0001, Marcos André Torres de Souza e Francesco Palermo Neto.

Por fim, nas **observações** sugere-se a menção da presença de fragmentos de cerâmica e de vidro com número raspado e sobreposto, da seguinte forma: Encontram-se fragmentos de cerâmica com número raspado e outros com número sobreposto. A peça de vidro possui a numeração original raspada, enquanto que o osso de fauna possui a numeração original inalterada, permitindo a identificação do seu contexto e origem.

Vale mencionar que as coleções estão publicadas de forma privada por se tratar de uma simulação e a visualização é apenas possível àqueles que têm acesso ao site do museu na plataforma. Porém, as informações estão salvas no Tainacan para a possível publicação no futuro, com as devidas revisões e alterações, se assim necessárias, feitas pela equipe do museu.

A figura abaixo mostra a visualização da coleção de Bens Arqueológicos no site e, logo abaixo, os itens. No caso, as caixas (figuras 39 e 40):

Figura 41 - Visualização da Coleção Bens Arqueológicos no site do museu



The image shows a screenshot of the MarquE website. At the top, there is a logo consisting of a stylized orange figure with radiating lines, followed by the text 'MARQUE' in large, bold, black letters. Below this, it says 'MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA/UFSC' and 'Professor Oswaldo Rodrigues Cabral'. On the left side, there is a circular inset image showing several white plastic boxes stacked on shelves. The main content area has a dark background with the title 'Bens Arqueológicos' and a subtitle 'Coleção de bens arqueológicos não musealizados, acondicionados em caixas.' Below this, there is a search bar with the text 'Busca' and a magnifying glass icon. To the right of the search bar are several navigation options: 'Metadados mostrados', 'Ordenar [ícone] por Data de criação', 'Visualização: [ícone] Tabela', and 'Ver como...'. At the bottom left, there is a small red square icon and the text 'Busca avançada'.

Fonte:

<https://museu.acervos.ufsc.br/bens-arqueologicos/?order=ASC&orderby=date&view_mode=table&per_page=12&paged=1&fetch_only=thumbnail&fetch_only_meta=191967%2C191977%2C191973%2C191995>.

Figura 42 - Visualização dos itens/caixas da Coleção Bens Arqueológicos no site

	Caixa M2.RL.R2.0021	Caixa	Sambaqui do Rio Lessa	01- MArquE > 01.3 - Reserva Técnica 02 > Armário A > ...
	Caixa M2.RL.R2.0022	Caixa	Sambaqui do Rio Lessa	01- MArquE > 01.3 - Reserva Técnica 02 > Armário A > ...
	Caixa M2.RL.R2.0023	Caixa	Sambaqui do Rio Lessa	01- MArquE > 01.3 - Reserva Técnica 02 > Armário A > ...
	Caixa M2.RL.R2.0024	Caixa	Sambaqui do Rio Lessa	01- MArquE > 01.3 - Reserva Técnica 02 > Armário A > ...
	Caixa M2.RL.R2.0025	Caixa	Sambaqui do Rio Lessa	01- MArquE > 01.3 - Reserva Técnica 02 > Armário A > ...
	Caixa M2.RL.R2.0026	Caixa	Sambaqui do Rio Lessa	01- MArquE > 01.3 - Reserva Técnica 02 > Armário A > ...
	Caixa M2.RL.R3.0035	Caixa	Sambaqui do Rio Lessa	01- MArquE > 01.4 - Reserva Técnica 03 > Estante D > P...
	Caixa M2.RL.R3.0036	Caixa	Sambaqui do Rio Lessa	01- MArquE > 01.4 - Reserva Técnica 03 > Estante D > P...
	Caixa M2.RL.R3.0034	Caixa	Sambaqui do Rio Lessa	01- MArquE > 01.4 - Reserva Técnica 03 > Estante D > P...
	Caixa M2.RA.0001	Caixa	Forte Santo Antônio de Ratonés	01- MArquE > 01.3 - Reserva Técnica 02 > Armário A > ...

Exibindo itens 1 a 39 de 39. Itens por Página: 96 Ir para página: 1


Fonte:

<https://museu.acervos.ufsc.br/bens-arqueologicos/?order=ASC&orderby=date&view_mode=table&per_page=12&paged=1&fetch_only=thumbnail&fetch_only_meta=191967%2C191977%2C191973%2C191995>.

Após a rolagem dos itens, vê-se o item M2.RA.0001. Ao clicar, seus metadados aparecem configurados da seguinte forma:

Figura 43 - Visualização da caixa M2.RA.0001 no site

Miniatura



Compartilhar

Número de registro
M2.RA.0001

Denominação
Caixa

Sítio Arqueológico relacionado
Forte Santo Antônio de Ratonés

Tipologia dos materiais
cerâmica | fauna | vidro

Quantidade de itens por tipologia

Tipologia/Quantidade
cerâmica: 5

Tipologia/Quantidade
vidro: 1

Tipologia/Quantidade
fauna: 1

Privado: Numeração dos materiais

GRUPEP:
FLN112-001;
FLN112-890;
FLN112-3510;
FLN112-3511;
FLN112-3512;
FLN112-3516.

Souza e Neto:
S02K004.

Dimensões

Altura (cm)
14,5

Largura (cm)
34

Comprimento (cm)
42,5

Data de entrada
28/10/2021

Localização atual
01- MArquE > 01.3 - Reserva Técnica 02 > Armário A > Módulo N > Prateleira 02

Localização usual
01- MArquE > 01.3 - Reserva Técnica 02 > Armário A > Módulo N > Prateleira 02

Texto para etiqueta
M2.RA.0001, Marcos André Torres de Souza e Francesco Palermo Neto.

Observações
Encontram-se fragmentos de cerâmica com número raspado e outros com número sobreposto. A peça de vidro possui a numeração original raspada, enquanto que o osso de fauna possui a numeração original inalterada, permitindo a identificação do seu contexto e origem.

Fonte: <<https://museu.acervos.ufsc.br/bens-arqueologicos/caixa-m2-ra-0001/>>.

Pretende-se concluir o último capítulo deste trabalho reforçando a importância da digitalização de acervos na democratização do acesso, além de auxiliar no diálogo entre profissionais da Museologia, uma vez que engloba princípios da documentação museológica, e os arqueólogos. O encontro das áreas durante a elaboração e decisão dos metadados a serem criados resulta num diálogo interdisciplinar e fundamental para o desenvolvimento da musealização da arqueologia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo a análise do acervo da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos com base nos princípios da documentação museológica, uma vez que este sofreu interferências na numeração original após tratamento informacional dado pelo GRUPEP, que interfere diretamente na compreensão do contexto das peças no sítio arqueológico.

Para o posterior desenvolvimento, foram estabelecidos os três objetivos específicos: a) Identificar os procedimentos de documentação inicialmente realizados pelo arqueólogo Hélio Vianna e, posteriormente por Souza e Neto; b) Identificar a metodologia utilizada pelo GRUPEP durante o tratamento informacional do acervo; c) Simular a inserção do material na plataforma Tainacan com base nos princípios estipulados pela documentação museológica do material e levando em consideração as especificidades de acervos arqueológicos.

A metodologia consistiu em dois tipos de pesquisa, a documental, onde os objetos provenientes da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos, bem como os relatórios produzidos pelos pesquisadores responsáveis foram utilizados como fonte de informações, e a pesquisa bibliográfica, que consistiu na leitura de artigos, monografias e demais publicações para contextualizar a Fortaleza, embasar o desenvolvimento teórico do trabalho e fomentar a discussão a respeito da musealização da arqueologia.

O início da pesquisa se deu através do histórico do MARquE e do material analisado na pesquisa. O museu nasceu do Instituto de Antropologia, criado em 1965 através da proposta encaminhada por Oswaldo Cabral, Silvio Coelho e Walter Piazza. Tornou-se, assim, um ambiente destinado à pesquisas arqueológicas e seus resultados, responsável por parte do acervo do museu. Passou de Museu de Antropologia na década de 1970 para Museu Universitário em 1978. Em 2012, emerge o museu como conhecemos, cuja missão é de atuar na disseminação do conhecimento produzido nas áreas de Arqueologia, Etnologia e Museologia.

Quanto ao material da Fortaleza, este provém do conjunto de edificações construídas no século XVIII pelos portugueses. Portugal e Espanha disputavam territórios no sul do Brasil e a forma que a coroa portuguesa encontrou de garantir sua defesa foi através da construção da fortificação na ilha de Ratonos Grande por ser

ponto estratégico, uma vez que se localiza entre o rio da Prata e a ilha de Santa Catarina.

Escavações e trabalhos de restauração foram realizados na Fortaleza em momentos diferentes. A primeira intervenção data de 1988 a 1989, sob responsabilidade do arqueólogo Hélio Vianna. Depois, em 1990 pelos arqueólogos Edna June Morley e Rossano Lopes Bastos. No mesmo ano, Marcos André Torres de Souza e Francesco Palermo Neto realizaram prospecção no Paiol da Pólvora. Porém, o acervo que se encontra no MARquE foi coletado por Souza e Neto.

A seção seguinte se desdobrou em dois tópicos: a musealização da arqueologia e sistemas de gerenciamento de acervos. Compreende-se a musealização como a transformação da função e dos usos dos objetos quando estes entram no museu. São alvos de pesquisa, registro, numeração, passam a ocupar outros espaços e contextos.

Porém, sabe-se que a arqueologia e a museologia possuem métodos diferentes para documentar e contextualizar seus vestígios e, por isso, foram abordados os conceitos de informação arqueológica e informação museológica, bem como o tratamento informacional dado por ambas as áreas para compreender as suas diferenças e a necessidade de diálogo interdisciplinar entre profissionais dos dois campos para lidar com as demandas informacionais dos bens arqueológicos dentro do museu.

Os sistemas de gerenciamento de acervos foram abordados a partir do entendimento de que estes contribuem para o diálogo interdisciplinar na criação e preenchimento dos metadados das coleções do museu, bem como o papel da digitalização de acervos no processo de preservação, disseminação, gestão e acesso às informações dos itens publicados.

Já o último tópico, "Diagnóstico do Acervo do Forte Santo Antônio de Ratonés", foi dividido entre o histórico do acervo no MARquE, a análise do material e, por fim, a simulação da inserção do sítio e peças no Tainacan.

Foi apresentado que o material da Fortaleza chegou no museu em 2021 devido à vontade do Ministério Público em agrupar os acervos das fortalezas em uma só instituição, após vistorias nas Fortalezas Santa Cruz de Anhatomirim e de São José da Ponta Grossa e nas reservas técnicas do MARquE e do Escritório Técnico do IPHAN de Laguna.

A análise do material apresentou os procedimentos realizados pelo GRUPEP para apagar a numeração original do acervo a partir do viés da documentação museológica, mostrando como a negligência de um contexto presente nas peças interfere no processo de gestão e comunicação.

Por último, realizou-se a inserção das informações da Fortaleza nos metadados das coleções no Tainacan, utilizando como base o manual de preenchimento. Os itens não se encontram publicados por se tratar de uma simulação que visa o incentivo à futura digitalização de todo o material de Ratonés na plataforma, dada a importância da fortificação na compreensão da ocupação em Florianópolis, bem como os seus vestígios.

Diante do exposto, foi possível compreender a musealização da arqueologia como o processo de transformação de significados e usos de acervos arqueológicos dentro dos museus, mas que só se torna possível se suas informações e contextos dados pelos arqueólogos em campo, bem como as especificidades que tangem as tipologias de material arqueológico forem levados em consideração durante o tratamento informacional.

Reforça-se, ainda, a necessidade do diálogo interdisciplinar entre profissionais da Arqueologia e da Museologia nesse processo, de forma com que todas as informações necessárias sejam contempladas para que a gestão e a comunicação do acervo se efetivem na instituição, garantindo sua missão de disseminação do conhecimento.

Além disso, o Tainacan se configura como uma ponte entre a gestão de acervos e o diálogo interinstitucional, potencializando a musealização da arqueologia através da digitalização de acervos e ao possibilitar o acesso público.

Por fim, espera-se que o objetivo por trás da elaboração deste trabalho tenha sido cumprido: o de contribuir para o curso de Museologia, para o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC, para a universidade e, principalmente, para a sociedade de alguma forma.

REFERÊNCIAS

Access to Memory - AtoM. Disponível em: <https://www.accesstomemory.org/pt-br/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

Acervo em Rede – Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Disponível em: <https://antigo.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/acervo-em-rede/>. Acesso em: 07 nov. 2023.

ALMEIDA, H. B. A.; AICARD, A. A. A Europa Século XVIII: A Questão de Limites entre Portugal e Espanha. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990. 11p.

AMARAL, M. M. & SCHERER, L. Material arqueológico do Sítio Cruzeiro. Florianópolis, 25 p. 2002.

BALLARDO, Luciana Oliveira Messeder; MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. Gestão de sítios arqueológicos através da documentação museológica do acervo. **Cadernos de Memória e Patrimônio**, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CAMP/article/viewFile/8871/5966>. Acesso em: 28 nov. 2023.

BALLARDO, L. O. M.; MENDONÇA, E. C. Struthioniformes e paquidermes: considerações sobre a musealização do patrimônio arqueológico em instituições de salvaguarda. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103293>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BALLARDO, Luciana Oliveira Messeder. Documentação museológica: uma perspectiva a partir das práticas na atuação profissional. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 11, n. Especial, p. 85-98, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/42768/34565>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BALLARDO, Luciana Messeder; DE CASTRO MENDONÇA, Elizabete. Escoliose e Cifose de Scheuermann: o trajeto da documentação museológica de coleções arqueológicas no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 12, n. 1, p. 145-171, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/176444/172370>. Acesso em: 28 nov. 2023.

BASTOS, Caroline Liebl de. DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NA PRÁTICA: um estudo de caso na coleção de cultura popular do museu de arqueologia e etnologia da UFSC. 2019. 104 f. TCC (Graduação) - Curso de Museologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201593>. Acesso em: 14.jul.2022.

BECK, Anamaria. 2007. A variação do conteúdo cultural dos Sambaquis do litoral de Santa Catarina. Clássico da Arqueologia. Erechim RS: Habilis, 348pp.

<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109276/107774>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CABRAL, Oswaldo R. As defesas da ilha de Santa Catarina no Brasil-colônia. Conselho Federal de Cultura, 1972. Disponível em: https://issuu.com/lilas_editora/docs/fac_simile_as_defesas_da_ilha_de_sta_catarina. Acesso em: 14 nov. 2023.

Ceravolo, S. M., & Tálamo, M. de F. G. M. (2000). Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista Do Museu De Arqueologia e Etnologia**, (10), 241-253. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109390/107874>. Acesso em: 14 set. 2023.

CIDOC. **Declaração de princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus**. Pinacoteca do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Disponível em: <https://cidoc.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/6/2020/03/CIDOCDeclaracao-de-principios.pdf>. Acesso em: 21.abr.2022.

Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina | CFISC. **12 fatos para conhecer o Brigadeiro José da Silva Paes, criador das fortalezas**. Disponível em: <https://fortalezas.ufsc.br/2021/10/25/12-fatos-para-conhecer-o-brigadeiro-jose-da-silva-paes-criador-das-fortalezas/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina | CFISC. **Fortaleza de Santo Antônio de Ratoles**. Disponível em: <https://fortalezas.ufsc.br/fortaleza-de-santo-antonio-de-ratoles/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

Coordenadoria das Fortalezas de Santa Catarina | CFISC. **Guia da Fortaleza de Santo Antônio de Ratoles**. In: <http://www.fortalezas.ufsc.br>. Disponível em: <https://fortalezas.ufsc.br/fortaleza-de-santo-antonio-de-ratoles/guia-da-fortaleza-de-santo-antonio-de-ratoles/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

DANTAS, R. M. M. C. A casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional. A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma. Rio de Janeiro: Walprint, p. 173-190, 2007.

DA SILVA GONDIM, Letícia; SCHERER, Luciane Zanenga; GILSON, Simon-Pierre Noël Robert. Gestão de acervo arqueológico herdado: Rio do Meio, um estudo de caso. **Revista Arqueologia Pública**, v. 11, n. 2 [19], p. 83-97, 2017.

DE LARA, Marilda Lopes Ginez; MENDES, Luciana Corts. Suzanne Briet e a Documentação como técnica cultural. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, p. 75-89, 2018.

DE SANTANA, Sérgio Rodrigues et al. Reflexões sobre o termo e conceito 'Informação Arqueológica': um estudo a partir da Terminologia e da Representação

da Informação. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, v. 7, p. e29429-e29429, 2023.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013. Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

DO SUL, DA MATA ATLANTICA. ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS NO TERRITÓRIO LAKLÂNÕ/XOKLENG-SC. 2015. Disponível em: <https://licenciaturaindigena.paginas.ufsc.br/files/2015/04/COPAC%C3%83M-TSCHUCAMBANG.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

FERREIRA, Maria De Simone. Acervos Museológicos em Ambiente Digital. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 10, n. Especial, p. 9-12, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/download/39572/30810>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

FORTALEZAS da Ilha de Santa Catarina - 250 anos na História Brasileira. [s/d]. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta A9GDP2.

FOSSARI, Teresa Domitila. Serviço Público Federal. Universidade Federal de Santa Catarina. Museu de Antropologia. Fortaleza de Santo Antônio: Ilha de Ratores. 27 ago. 1990.

GOMES, Carla Renata. **Do fato museal ao gesto museológico: uma reflexão**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS. Porto Alegre: 2013. 50 f. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/103357/000913160.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 nov 2023.

GONDIM, L. da S.; SCHERER, L. Z.; GILSON, S.-P. N. R. Gestão de acervo arqueológico herdado: Rio do Meio, um estudo de caso. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 11, n. 2[19], p. 83–97, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8650055>. Acesso em: 14 set. 2023.

GONDIM, Leticia da Silva et al. Um mar de conchas no museu: o caso do sítio rio do meio salvaguardado no Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral-MARquE/UFSC. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181090/TCC%20Let%c3%adcia%20Gondim.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 nov. 2023.

Google Earth. Ilha de Ratonas Grande no Google Earth. Disponível em:
<https://earth.google.com/web/search/ilha+de+ratonas+grande/@-27.47629255,-48.563561,8.77719913a,3916.22846527d,35y,0h,0t,0r/data=CiqiJgokCUB94Ab1fjdAETt94Ab1fjfAGXfcmWMYH0dAIXagCE379U3AOgMKATA>. Acesso em: 29 nov. 2023.

GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA.
Execução de Estruturação física e organização do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Arqueologia (LEP) no Escritório Técnico (ETEC) do IPHAN - Laguna – SC. UNISUL, Tubarão, 2012. 254p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **DSpace - Tecnologias para a Informação**. Disponível em:
<https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/tecnologias-para-a-informacao/dspace>. Acesso em: 28 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Resolução Normativa nº 29 de agosto de 2014**. Disponível em:
https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/ResolucaoNormativa2_INBCM.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Portaria n.º 196, de 18 de maio de 2016. Anexo II, **Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel**. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anexo_II_e_III_Portaria_Iphan_196_18_de_maio_2016.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria n.º 196, de 18 de maio de 2016**. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_maio_2016.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM); UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Declaração de Santiago do Chile de 1972**. Disponível em:
<https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/05/declaracao-icom-unesco-santiago-do-chile-1972.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sistema de Gestão do Patrimônio Arqueológico (SGPA). **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA/SGPA SC00388**, 1997. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?13129. Acesso em: 29 nov. 2023.

IPHAN. **Aberta Consulta Pública Para Revisão de Portaria Sobre Conservação de Bens Arqueológicos**. Instituto Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4425>. Acesso em: 27 nov. 2023.

JANUÁRIO, Jefté Brandão. **A Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos em Santa Catarina (Brasil) e o seu uso patrimonial**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade dos Açores (Portugal).

KLOKLER, Daniela. **Otólitos, para que te quero?**. Revista de Arqueologia, v. 29, n. 1, p. 03-17, 2016.

LABORATÓRIO DE ICTIOFAUNA E CRESCIMENTO DO INSTITUTO OCEANOGRÁFICO (LABIC) (São Paulo). Universidade Federal de São Paulo (Ufsc). **O que são otólitos?**. Disponível em: https://www.usp.br/cossbrasil/doc_labic.php. Acesso em: 13 nov. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. In: **Fundamentos da metodologia científica**. 2010. p. 320-320. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso em: 28 nov. 2023.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização e patrimonialização: formas culturais integradas, termos e conceitos entrelaçados. **ALÉM DAS NUENS: EXPANDINDO AS FRONTEIRAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, p. 4335, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/189374>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Documento e musealização: entretecendo conceitos. **MIDAS. Museus e estudos interdisciplinares**, n. 1, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/78>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MAIA, M. A. Q.; CONEGLIAN, C. S.; SHINTAKU, M. Estudo propositivo de modelo para melhoria da qualidade em depósitos de memória técnica em Biblioteca digital implementada em DSpace . RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e023006, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8671927/31964>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MARCOLINO, Maria Luiza de Quadros Soares. Diagnóstico de documentação museológica: um estudo de caso no Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/224344/MariaLuiza_TCC.Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 nov. 2023.

MARQUE. **Plano Museológico Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARQUE) – Professor Oswaldo Rodrigues Cabral**. UFSC: Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://museu.ufsc.br/files/2016/03/Plano-Museol%C3%B3gico-do-MARQUE.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MARQUE. Projeto TAC. **Acervo Hélio Vianna - Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos**. UFSC: Florianópolis, 2022.

Martins, D. L., Silva, M. F., & Carmo, D. (2018). Acervos em rede: perspectivas para as instituições culturais em tempos de cultura digital. **Em Questão**, 24(1), 195-216.

MARTINS, Luciana Conrado; MARTINS, Dalton Lopes. Experimentações sociotécnicas para organização e difusão de coleções digitais universitárias: o caso do projeto Tainacan. **Revista CPC**, v. 15, n. 30esp, p. 34-61, 2020.

MARTINS, Dalton Lopes et al. **Repositório digital com o software livre Tainacan: revisão da ferramenta e exemplo de implantação na área cultural com a Revista Filme Cultura**. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO–ENANCIB, v. 18, 2017.

MARTINS, Dalton Lopes; CARVALHO JUNIOR, J. M. C.; GERMANI, Leonardo. Projeto Tainacan: experimentos, aprendizados e descobertas da cultura digital no universo dos acervos das instituições memoriais. **TIC cultura**, p. 59-68, 2018.

MARTINS, Dalton Lopes; MARTINS, Luciana Conrado. Acervos digitais e coleções universitárias: o potencial das instituições de ensino para a promoção da cultura digital em rede. **Revista UFG**, v. 21, 2021.

Monteiro, J. (2021). Compartilhamento de acervos na internet: reflexões a partir da prática. **Museologia & Interdisciplinaridade**, 10(Especial), 61–72.

OLIVEIRA, J. R. M. **Conflito e Governo na Segunda Metade do Século XVIII: A Invasão Espanhola na Capitania de Santa Catarina em 1777**. – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Londrina, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206370_c5210dfea9a584e953e818884ae25ec5.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

OMEKA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Omeka>. Acesso em: 28 nov. 2023.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**. 1937. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/7730/4821>. Acesso em: 12 nov. 2023.

PADILHA, Renata Cardozo. **A representação do objeto museológico na época de sua reprodutibilidade digital**. 2018. 2018. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/mas/files/padilha_documentacao_museologica_1.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

PIAZZA, Walter F. Estudos de Sambaquis: o sambaqui de Ponta das Almas. Universidade Federal de Santa Catarina. Instituto de Antropologia. **Série Arqueologia**, n. 2. 1966.

Rede RNP. Fórum RNP 2023 - Acervos em Rede e Digitalização da Cultura. YouTube, 29 de ago. de 2023. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ope33l87Kxs>. Acesso em: 07 nov. 2023.

REVISTA COMEMORATIVA DOS 30 ANOS DO MUSEU UNIVERSITÁRIO “OSWALDO RODRIGUES CABRAL”- UFSC. Florianópolis, 2008.

RIBEIRO, Diego Lemos. A Musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2, p. 96-114, 2014.

SALADINO, Alejandra et al. PROSPECÇÕES EM EXPOSIÇÕES E ATIVIDADES EDUCATIVAS: levantamento dos conceitos, imagens e representações sobre arqueologia e patrimônio arqueológico decorrentes dos processos de musealização. **Anais do IV Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico**, p. 180.

SALVADOR, Ângela Sabrine do Nascimento. **Entre escritos e vasilhas cerâmicas: o indígena na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina (séculos XVIII e XIX)**. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180885>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SAMPAIO, A; LABRADOR, B. Para além das Muralhas: dos fragmentos ao monumento. Disponível em: <https://arquivos.ufsc.br/f/5b2c48e62343464bab83/?dl=1>. Acesso em: 31 ago. 2023.

Santos, M. C. T. M. (1). DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA. **Cadernos De Sociomuseologia**, 3(3). Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/308>.

Acesso em: 23 ago. 2023.

SANTOS, Naiara Santana do Nascimento. **Documentação museológica: gestão e extroversão de acervo arqueológico**. 2016. Disponível em:

http://ri.ufrb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1660/1/Documentacao_Museologica_Gestao_TCC_2016.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; LIMA, Fábio Rogério Batista. Museu e suas tipologias: o webmuseu em destaque. **Informação e Sociedade: Estudos**, p. 57-68, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/129881/WOS000347798100006.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SCHEINER, Teresa Cristina Moletta; CARVALHO, Luciana Menezes. Reflexões sobre museologia: documentação em museus ou museológica. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, v. 15, 2014.

<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/189041>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SCHERER, Luciane Zanenga. Acervos e Museus: Diálogos entre Arqueologia e Museologia. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, v.4, n.1, dez. 2016, Florianópolis: MVM.

SHANKS, Michael e TILLEY, Christopher. 1992. Re-constructing archaeology: theory and practice. 2ª Ed. London-New York: Routledge. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6353499/course/section/6176512/Shanks%20Tilley%20-%20Reconstructing_Archaeology.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.

SILVA, Rosemar. **Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: uma ação de gestão universitária**. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/169354/339024.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Soto, M. (2015). Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma concepção museal à serviço da transformação social. **Cadernos De Sociomuseologia**, 48(4). Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4987/3298>. Acesso em: 31 ago. 2023.

SOUZA, Daniel MV. Informação e construção de conhecimento no horizonte museológico. **DataGramZero**, v. 10, n. 6, 2009.

SOUZA, M. A. T.; NETO, F. P. Relatório sobre a lavagem, triagem e classificação do material do Forte Santo Antônio de Ratonés - SC, 1991.

TAMANINI, E. 1995 Museu Arqueológico de Sambaqui: um olhar necessário. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/86809>. Acesso em: 20 nov. 2023.

TONERA, R. As fortificações no Sul do Brasil e a sua documentação no Banco de Dados internacional sobre Fortificações: www.fortalezas.org. Arqueologia das fortificações: perspectivas /organização: Fernanda Codevilla Soares – Florianópolis : Lagoa, 2015. 232 p. : il.; 21 cm. Disponível em: <https://fortalezas.org/midias/arquivos/2713.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

UFSC. GUIA DA FORTALEZA DE SANTO ANTÔNIO DE RATONES. Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, s.d. Disponível em: <https://fortalezas.ufsc.br/fortaleza-de-santo-antonio-de-ratonés/guia-da-fortaleza-de-santo-antonio-de-ratonés/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Memória. Museu da UFSC. Disponível em: <https://museu.ufsc.br/memoria/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Departamento de Apoio e Extensão. Projeto “Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de História Brasileira”: Relatório de obras e atividades. Outubro/89 a set/90. [s/d]. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta A9GDP4.

VIANNA, Hélio. **Forte Santo Antônio de Ratonés: Relatório Final**, 1994. Rio de Janeiro. 108p.